

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ALMIR ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA

**ECONOMIA DA CULTURA E SUA POTENCIALIDADE EM GERAR
EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA/BA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS NATAL DA CIDADE E
FORRÓ PÉ DE SERRA DO PERIPERI**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2013**

ALMIR ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA

**ECONOMIA DA CULTURA E SUA POTENCIALIDADE EM GERAR
EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA/BA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS NATAL DA CIDADE E
FORRÓ PÉ DE SERRA DO PERIPERI**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: PROF. ANTÔNIO ANDRADE LEAL

VITÓRIA DA CONQUISTA
2013

O45e Oliveira, Almir Rogério Lopes de.
Economia da cultura e sua potencialidade em gerar emprego e renda no município de Vitória da Conquista/BA por meio das políticas públicas culturais: uma análise dos projetos Natal da Cidade e Forró Pé de Serra do Periperi / Almir Rogério Lopes de Oliveira, 2013.
94f.: il.
Orientador (a): Antônio Andrade de Leal.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2007.
Referências: f. 70-73.
1. Economia da cultura. 2. Cultura – Economia.
I. Leal, Antonio Andrade. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 306.3

ALMIR ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA

**ECONOMIA DA CULTURA E SUA POTENCIALIDADE EM GERAR
EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA/BA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS NATAL DA CIDADE E
FORRÓ PÉ DE SERRA DO PERIPERI**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 26/08/2013

BANCA EXAMINADORA

Antônio Andrade Leal
Orientador (a)

Andréa Braz da Costa
Examinador (a)

Darci Rodrigues
Examinador (a)

RESUMO

A segunda metade do século XX marca o início dos estudos no campo da Economia da Cultura, sendo este mais um viés de análise para estudiosos das Ciências Econômicas. O foco principal deste trabalho é levantar dados e informações que venham confirmar ou refutar o papel da Economia da Cultura enquanto promotora de desenvolvimento socioeconômico para a população de Vitória da Conquista/BA, especificamente no que se refere a sua capacidade em gerar emprego e renda. Para tanto, foi discutida a importância das políticas públicas culturais para possibilitar o alcance de tais objetivos. Desta forma, além das análises qualitativas dessas políticas, explorou-se de maneira mais aprofundada os projetos "Natal da Cidade" e "Forró Pé de Serra do Periperi", sendo analisados de forma quantitativa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para realização deste trabalho. Verificou-se que o montante de recursos remetidos à realização dos referidos eventos, grande parte foi injetado na economia de Vitória da Conquista através da demanda de produtos e serviços locais. O presente estudo vem a confirmar com base nos dados cedidos pelo órgão responsável que as políticas públicas culturais contribuem para a geração de emprego e renda, além de promover a democratizar dos bens culturais.

Palavras-chave: Economia da Cultura. Desenvolvimento. Emprego e renda. Democratização cultural.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos Diretos do Governo Federal com os Órgãos Superiores em 2012 (R\$) (%)	40
Tabela 2 – Participação do Setor de Serviços no PIB de Vitória da Conquista/BA 2000/2010 (R\$) (%)	47
Tabela 3 – Despesas com o “Forró Pé de Serra do Periperi” 2011 (R\$) (%)	59

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução do PIB de Vitória da Conquista/BA entre 2000-2010 (R\$)	45
Gráfico 2 – Participação do Setor Industrial no PIB de Vitória da Conquista/BA 2000-2010 (%)	49
Gráfico 3 – Orçamento efetinado para realização do Forró Pé de Serra do Periperi 2011/2012 (R\$)	58
Gráfico 4 – Comparativo dos gastos proporcionais com a realização do “Forró Pé de Serra do Periperi” 2011/2012 (R\$) (%)	60
Gráfico 5 – Orçamento efetinado para realização do “Natal da Cidade” 2011-2012 (R\$)	62
Gráfico 6 – Alocação dos Recursos para realização do “Natal da Cidade” em 2011 (R\$)	63
Gráfico 7 – Alocação dos Recursos para realização do “Natal da Cidade” em 2012 (R\$)	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONCEITO DE ECONOMIA DA CULTURA E ORIGEM DOS ESTUDOS NO BRASIL	10
1.1 Conceituação da Economia da Cultura	10
1.2 Origem dos estudos sobre Economia da Cultura	17
2 ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA DA CULTURA COMO FORMA DE IMPLEMENTAR O DESENVOLVIMENTO	23
2.1 Políticas públicas culturais no Brasil (2002-2012)	24
<i>2.1.1 Economia Criativa</i>	30
<i>2.1.2 Políticas Públicas Culturais na Bahia: breve comentário</i>	32
2.2 Economia da Cultura como estratégia de desenvolvimento	34
3 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA E SUAS INFLUÊNCIAS NO EMPREGO E RENDA	42
3.1 Aspectos Históricos de Vitória da Conquista – BA	42
3.2 Análise Econômica de Vitória da Conquista – BA	44
3.3 Políticas públicas voltadas ao setor cultural em Vitória da Conquista no período entre 2002 a 2012	50
3.4 Políticas públicas culturais e suas potencialidades na geração de emprego e renda no município de Vitória da Conquista	56
<i>3.4.1. Projeto Forró Pé de Serra do Periperi</i>	57
<i>3.4.2. Projeto Natal da Cidade</i>	61
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	70
ANEXO	75

INTRODUÇÃO

As relações sociais se estabelecem das mais variadas formas, e por mais que elas se distingam entre as diversas regiões do globo, sempre ocorrerão fatores comuns que possibilitarão que tais relações se deem da maneira mais harmoniosa possível. Diante a tal afirmação, algumas questões podem ser suscitadas, como: Por que os homens conseguem conviver em sociedade? A partir de que momento as relações sociais começaram a existir de modo a diferenciar os homens do restante dos animais?

Questões como essas remetem a reflexões bastante interessantes do ponto de vista antropológico no que se trata da origem das culturas humanas, onde dois importantes estudiosos contemporâneos alcançaram lugar de destaque nesta discussão, Claude Lévi-Strauss e Leslie White. Seus estudos tratam do momento de transição dos primatas para o homem enquanto ser civilizado (LARAIA, 1986).

Essas mudanças são possibilitadas justamente pelo advento da cultura humana. Segundo Vannucchi (2006), cultura é tudo aquilo que não é natural, ou seja, que não é natureza. No entanto, ele afirma que toda e qualquer ação do homem que venha a causar transformações na natureza ou que se utilize desta para realizar qualquer tipo de alteração no meio, é cultura.

Já que a cultura tem papel tão relevante nas relações sociais, faz-se necessário estudá-las de maneira mais particularizada, no caso específico deste estudo, as pesquisas se darão no âmbito econômico. E para responder satisfatoriamente as questões relacionadas aos gêneros e criações culturais, e de que maneira elas impactam nas relações sociais, foi recentemente postulado os estudos no campo da Economia da Cultura.

Nesta perspectiva, serão discutidas neste estudo além do conceito dessa nova área do conhecimento, as maneiras de como vêm sendo implementadas políticas públicas voltadas para o setor cultural no Brasil, e, especificamente, no município de Vitória da Conquista/BA. Desta forma, a realização deste trabalho tem como objetivo central responder a seguinte questão: A Economia da Cultura, por meio das políticas públicas culturais, tem potencial para gerar emprego e renda para o município de Vitória da Conquista/BA? Para embasar este estudo, analisar-se-á os projetos Natal da Cidade e Forró Pé de Serra do Periperi, tomando estes como elementos de observação.

No entanto, antes mesmo de se fazer uma abordagem do tema Economia da Cultura na cidade de Vitória da Conquista/BA no âmbito das políticas públicas, este trabalho monográfico se propõe a analisar desde a conceituação do termo, realizando um aporte teórico

que remonta a origem dos estudos e em que momento ela começou a se tornar objeto de análise no Brasil. Só a partir de então que se voltará ao cenário conquistense avaliando algumas das principais políticas públicas culturais que ocorreram no município entre os anos 2003 – 2012, em especial os projetos Natal da Cidade e Forró Pé de Serra do Periperi, verificando assim, a potencialidade de ações como estas gerarem emprego e renda para o município.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica para o levantamento de conceitos, teorias que tratem sobre a economia da cultura, da pesquisa documental para a obtenção de dados cedidos pelos órgãos responsáveis pelo setor da cultura, emprego e renda em Vitória da Conquista, e, por fim, a realização de entrevistas a gestores e secretários dos referidos setores.

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo as discussões se darão em âmbito conceitual. Assim, para dar maior embasamento teórico ao estudo, percebeu-se a necessidade de apresentar as definições tanto da cultura, tendo em vista seus mais variados vieses de análise, até se chegar aos pontos que a condicionam como vetor de estudo para a economia. Quando a partir de então, se dará origem aos estudos da Economia da Cultura.

O segundo capítulo foi reservado para averiguar a atuação das políticas públicas no setor cultural, bem como o papel que estas exercem para promover o desenvolvimento tanto no campo econômico quanto social. Desta forma, os estudos se darão de maneira a analisar o cenário nacional e baiano das políticas públicas voltadas para a cultura. Ainda neste capítulo, com intuito de evidenciar a linha de pesquisa adotada, destinou-se um espaço para apresentar o conceito da Economia Criativa, ressaltando não ser esta o foco do presente trabalho monográfico. Também será discutida a hipótese de a Economia da Cultura ser um viés estratégico para alcance do desenvolvimento socioeconômico.

Tendo em vista os aspectos promovidos pela Economia da Cultura, o terceiro capítulo investigará quais foram as principais políticas públicas culturais ocorridas em Vitória da Conquista/BA no período entre 2003 – 2012, dando foco principalmente aos projetos Natal da Cidade e Forró Pé de Serra do Periperi, avaliando nesta perspectiva, o potencial destas políticas em gerar emprego e renda para o município. Para tanto, realizou-se uma abordagem histórica e econômica de Vitória da Conquista/BA a fim de se identificar de que maneira ambas as variáveis interferem no desenvolvimento da Economia da Cultura no município.

1 CONCEITO DE ECONOMIA DA CULTURA E ORIGEM DOS ESTUDOS NO BRASIL

1.1 Conceituação da Economia da Cultura

Antes de qualquer esforço de estudo que envolva “cultura”, faz-se necessário entender do que este termo de dimensões tão amplas trata realmente, facilitando assim, a compreensão do presente estudo no que concerne ao papel da cultura nas relações sociais. Para Vannuchhi (2006), trata-se de um dos termos de maior complexidade para se estabelecer uma definição em sentido completo e unívoco.

Ainda conforme Vannuchi (2006), cultura é entendida como sendo tudo aquilo que não é natureza, por sua vez, toda ação humana na natureza e com a natureza é cultura. Sendo assim, tudo aquilo que é efeito da ação humana é cultura. Santos (1983, p. 8) é ainda mais enfático em sua conceituação quando estabelece que “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e transformações pelas quais estas passam”.

Em complemento as definições já expostas, Rosental e Iudin (1950 apud SODRÉ, 1981, p. 3) destacam a seguinte conceituação para cultura:

Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instruções que lhes correspondam. Em sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas de vida à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instruções correspondentes.

Os autores conduzem a uma reflexão acerca da origem da cultura como algo inerente a raça humana. Desde os primórdios quando o homem se condicionou (ou quiçá condicionado) a viver em sociedade, que a cultura ali se instituiu. Desta forma, Rosental e Iudin (1950 apud SODRÉ, 1981), convergem seus conceitos sobre cultura com Vannuchi (2006) quando a coloca como fator que necessita indispensavelmente da natureza para existir, e os primeiros polemizam ainda mais a discussão quando estabelecem a cultura como forma de determinar o desenvolvimento dos povos em todo processo de evolução da humanidade.

No entanto, segundo Laraia (1986), sob a luz da visão antropológica de Edward Tylor, primeiro a dar uma definição à cultura sob este ponto de vista, suas ideias vão por

caminhos diferentes às dos autores supracitados, principalmente de Vannuchi (2006), ao defender em seu primeiro livro *Primitive Culture*, no ano de 1871, que cultura trata-se sim de um fenômeno natural que possui causas e regularidades.

A relação entre a cultura e a antropologia é bastante tênue em muitos momentos da história. Há autores que arriscam dizer que a antropologia enquanto ciência se constitui como tal quase somente em torno do conceito de cultura. É o que dizem os estudiosos Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2006), ao reportarem-se à cultura afirmando que esta abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais que envolvem um determinado povo.

Silva e Silva (2006) reforçam o posicionamento apresentado ao dizerem que cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade tanto no plano concreto como imaterial, e exemplificam que isso vai desde artefatos e objeto até ideias e crenças. Todo complexo de conhecimento e habilidade humana empregada socialmente, é cultura. E somado a isto, todo comportamento aprendido, desde que independa da questão biológica.

Verifica-se que a definição de cultura pelos autores Silva e Silva (2006) converge com a linha de pensamento de Vannuchi (2006), apresentado logo no início desta discussão, ao compreenderem e correlacionarem a cultura como sendo efeito das ações humanas. Também ressaltam a complexidade em se estabelecer um conceito para um termo de tão amplas concepções, chegando a ser até contraditório em alguns momentos.

Justamente neste emaranhado de múltiplos conceitos e paradoxos que nasce outra discussão que remete a reflexões cada vez mais intrigantes quanto ao papel da cultura na sociedade e sua influência no homem enquanto ser social. Como explicar as mais diversas culturas existentes na humanidade? Laraia (1986, p. 33) destacou que, por parte de Tylor existia a preocupação com a diversidade cultural, sendo por ele explicada como sendo “o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução”. E completa afirmando que “uma das tarefas da antropologia seria de estabelecer, grosso modo, uma escala de civilização”.

Conforme ainda referência a Edward Tylor feita por Laraia (1986), as nações europeias estavam em um dos extremos, dentro da série de evolução, enquanto que as tribos selvagens se localizavam na outra extremidade, estando o restante dos povos alocados entre tais pontos delimitados. Nesta perspectiva, diante ao que até então foi exposto, verifica-se posicionamentos bastante divergentes no que diz respeito à condição da cultura ser ou não um fator inerente a natureza.

As concepções de Tylor sobre a cultura e principalmente no que concerne a questão da hierarquia entre as diversas culturas, foi bastante criticada por um importante pensador do início do século XX, o alemão Franz Boas. Esta ideia de subordinação de uma cultura em relação à outra estava ancorada nas teorias evolucionistas de Charles Darwin, na qual se defendia que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas, até chegar ao estágio mais avançado da humanidade que era o atingido pelos povos ocidentais (SILVA; SILVA, 2006).

Laraia (1986) faz uma ressalva bastante pertinente quanto ao contexto social em que viveu Tylor e sobre quais circunstâncias seu livro foi escrito. O período em que *Primitive Culture* foi produzido, a Europa estava sob forte impacto do livro *Origem das Espécies*, de Darwin, como mencionado no parágrafo anterior, influenciando largamente as correntes intelectuais da época. É justamente neste cenário, meados da década de 60 do século XIX, que a antropologia nasce dominada pela limitada perspectiva evolucionista unilinear.

Para Pereira (2011, p. 109-110), Franz Boas compreendia a cultura da seguinte forma:

Ele defendia o relativismo cultural, acreditando na autonomia da cultura, na sua singularidade, valorizando os costumes, pois os costumes, segundo Boas, são manifestações da cultura. Assim, ele destacou a necessidade de estudar cada cultura de modo singular, destacando mais as diferenças que as similaridades entre elas. Com isso, lançou as bases daquilo que hoje, em antropologia, chamamos de “padrão cultural”. O padrão cultural corresponde à soma das atividades de um povo, ou grupo, como, por exemplo, as atitudes deste grupo, os objetos por ele utilizados, seus costumes, suas ideias, enfim, ao ajustamento dos diversos traços e complexos característicos de cada agrupamento humano que traduzem o conjunto de valores que esse grupo expressa.

Desta forma, Pereira (2011) reforça o posicionamento contrário que Boas tinha em relação às concepções de Tylor. Fica evidente que Boas compreende a cultura de maneira autônoma e sem vínculos hierárquicos. Nesta perspectiva, ele delega a cultura a somas das particularidades de cada povo. Ao encontro desta concepção, Pereira (2011) complementa a visão de Boas dizendo:

Assim sendo, o papel do antropólogo, segundo Boas, não é o de estabelecer leis gerais para a cultura, como se ela fosse algo único e padronizado para todos os povos, como pensavam os evolucionistas e outras correntes antropológicas de então, mas estudar e compreender os fenômenos dessas culturas particulares e descobrir qual sentido os detentores dessa cultura atribuem às suas práticas (PEREIRA, 2011 p. 110).

Além da clara crítica a algumas correntes antropológicas e ao pensamento de culturas com padrões imutáveis expostas pelos evolucionistas, como exposto, Boas também trata da questão da diversidade cultural e da necessidade em estudar com mais afinco os fatores pertinentes a cada cultura.

Aproveitando a reinserção do tema sobre a questão da diversidade cultural por Franz Boas, como apresentado por Pereira (2011), a então ministra da cultura Ana de Holanda juntamente com a secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural Márcia Rollemberg, escreveram artigo no qual foi trabalhado o tema proposto num viés das particularidades das civilizações e da importância de se manter o respeito a estes fatores de maneira a entendê-los como matriz do desenvolvimento (HOLANDA; ROLLEMBERG, 2012).

Holanda e Rollemberg (2012) citaram o antropólogo sociocultural Arjun Appadurai em que este diz que a diversidade cultural se configura como a ligação entre as dimensões materiais e imateriais do desenvolvimento. Enquanto o desenvolvimento material pode ser avaliado em termos de saúde humana, capacidades econômicas, fluxo de mercadorias e garantias físicas quanto à segurança e à produtividade, o desenvolvimento imaterial reside no espírito de participação, no entusiasmo da autonomia, nas alegrias do reconhecimento e na felicidade da aspiração.

É possível verificar traços dos conceitos até aqui apresentados com os estudos da contemporaneidade. Quando Sodré (1981), ao fazer referência a Rosental e Iudin (1950), expõe que a cultura representa níveis alcançados pela humanidade no decurso do tempo, o mesmo se identifica em Holanda e Rollemberg (2012) quando, em outro momento, são enfocadas questões que envolvem as contribuições tecnológicas, os conhecimentos e crenças culturais e religiosas, os valores sociais e espirituais, especialmente os povos e comunidades tradicionais, na exploração sustentável dos recursos e na preservação dos ecossistemas dos quais dependem.

É justamente neste momento onde se percebe que alguns elementos, mesmo mantendo-se e sendo reproduzidos pelas sociedades humanas, há fatores que, de fato, marcam um dado período histórico, diferenciando dos anteriores com graus de evolução maiores. Para o caso em questão, é a tecnologia esse fator que marca o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade humana contemporânea.

No entanto, tal admissão entrecruza parte das teorias evolucionistas já relatadas neste estudo, sendo esta a base teórica da qual se utilizou Tylor e diversas outras correntes antropológicas do século XIX, para suas respectivas compreensões sobre a definição da cultura dos povos. Assim sendo, Holanda e Rollemberg (2012) ao trazerem a contribuição do

antropólogo Arjun Appadurai, confirmam em parte as conclusões alcançadas por Tylor no que diz respeito às etapas de evolução por quais passaram a humanidade até chegar ao estágio atual, assim como foi apresentado por Laraia (1986).

É necessário mencionar que, apesar de Holanda e Rollemberg (2012) convergirem em relação a dados níveis alcançados pela humanidade no decurso do tempo, em nenhum momento as autoras referem-se ao período atual da raça humana como o grau máximo da evolução das culturas, como assim Tylor acreditava, segundo Laraia (1986).

O esforço para definir o termo cultura tem como objetivo maior identificar qual o seu papel nas relações sociais e de que maneira ela influencia nas decisões e comportamento dos homens. Tendo compreendido que a cultura e o homem se apresentam na natureza como fatores que se complementam, e que a produção da primeira se dá através das relações sociais dos indivíduos, faz-se necessário analisar a cultura num viés econômico. Desta maneira, serão examinados alguns dos aspectos da cultura que tanto influenciam quanto contribuem na engrenagem do sistema econômico.

As análises propostas suscitaram o desejo de estudiosos da área econômica a melhor compreenderem os pontos que entrelaçam as duas áreas do conhecimento, configurando num movimento recente conhecido como Economia da Cultura. Sua criação se deu da necessidade de conhecer os reflexos causados no sistema econômico e, conseqüentemente, na sociedade de forma geral, com o desenvolvimento de atividades relacionadas às mais diversas formas de manifestações culturais (TOLILA, 2007).

Segundo Jeronymo (2007), a expressão Economia da Cultura caracteriza o conjunto de atividades do campo econômico voltadas para a cultura, incluindo a criação e o fazer cultural. Retrata os grupos de atividades culturais que têm algum impacto econômico. Assim sendo, toda e qualquer atividade cultural que gere valor econômico pode ser incluída neste estudo.

A Economia da Cultura, conforme Porsse (2005 apud LIMA; FRANCA; MATTA, 2006), é um dos ramos das ciências econômicas que estuda os efeitos de toda atividade econômica ligada a uma manifestação artística e criativa de uma sociedade. Incluem-se todas as atividades relacionadas a sentimento, memória, folclore, ou seja, um conjunto diversificado de bens e serviços que vai desde um livro, a exibição de um filme em uma sala de cinema ou na televisão por assinatura.

Numa vertente avaliativa no que concerne a efetividade democrática da administração, oferta e distribuição dos bens e serviços culturais, é que se debruçam os estudos que tratam da Economia da Cultura. Assim, este viés econômico:

Analisa as relações entre oferta, distribuição e demandas culturais, identificam as falhas de mercado que fazem com que nem todos tenham acesso à produção cultural, mapeia as restrições individuais que limitam seu consumo, sinaliza caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável e sugere ações a serem tomadas para que distorções sejam corrigidas (REIS, 2007 apud YÚDICE 2007, p. 3).

Yúdice (2007, p. 1) retoma a discussão sobre a relação entre cultura e natureza. No entanto, ele traz uma visão comparativa entre os termos citados salientando os pontos análogos no que diz respeito à interpretação do capital. O autor introduz ao estudo a análise do capital natural e capital cultural. Para ele “o capital natural provem do legado dos processos criativos da natureza, quer dizer, dos recursos renováveis (fauna e flora marítima e florestal) e não renováveis (depósitos minerais), os ecossistemas que os mantêm e a biodiversidade.” Nestas condições, as relações são estabelecidas, segundo o autor, quando é posto o papel do capital cultural como sendo o de promover “legado dos processos criativos das ações humanas”.

Ainda conforme Yúdice (2007, p. 2), tanto na natureza quanto na cultura ocorrem perdas. Ele pontua que no século 20 foram extintas 4000 línguas, sendo que pouquíssimas foram gravadas ou escritas possibilitando assim, sua recuperação. E numa perspectiva ainda mais aproximativa das duas análises, o autor mostra um ponto comum em que ambas são afetados pela mesma perda: “o desaparecimento de uma espécie de árvore devido à devastação da floresta, elimina tanto o material com o qual se fazem as máscaras dos rituais quanto o ambiente no qual se reproduz uma tribo indígena”.

Diniz (2008), apresenta uma definição de Economia da Cultura que enquadra-se como complemento perfeito ao de Jeronimo (2007) no que tange a concepção da análise conjunta das atividades econômicas que tem como fim o setor cultural. Nesta perspectiva, a autora introduz a necessidade de buscar ferramentas da economia que possam ser utilizadas com o objetivo de avaliar a representatividade econômica do setor cultural, tomando como aspectos básicos de análises a condição geradora de emprego e renda, bem como a possibilidade de subsidiar as políticas públicas na área da cultura. Ainda conforme Diniz (2008), a Economia da Cultura trata da expressão simbólica da cultura de uma sociedade, representada pelos produtos culturais que passam a ter forma de um determinado produto ou serviço, ou até mesmo em manifestações culturais das mais diversas.

Reis (2009) traz uma contribuição bastante relevante quanto à proposta da economia da cultura, e num primeiro momento a autora deixa claro o que não compete à área de

conhecimento em questão, logo em seguida é colocado a conceituação sob seu ponto de vista, como segue:

Economia da cultura não é política cultural; economia da cultura não se propõe a definir os rumos da política cultural; economia da cultura tampouco defende que a cultura deve se curvar à economia ou – como às vezes se acredita, de maneira muito equivocada – ao mercado. Ao contrário, a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento (REIS, 2009, p. 1).

Conforme análise acima, diferente dos autores já mencionados, as relações propriamente econômicas são lançadas de maneira muito aberta, já enxergando a cultura como possível viés de desenvolvimento através de políticas públicas voltadas a este setor.

Seguindo uma linha de análise bastante parecida, Ribeiro (2009) compreendendo a importância da cultura no processo de desenvolvimento, traz uma citação do economista e produtor audiovisual Alfredo Bertini em um fórum da ONU realizado na cidade de São Luis - MA, que vem a reforçar seu posicionamento quanto à centralidade do recurso cultural:

O assunto da chamada **economia criativa** representou a pauta mais destacada da Conferência das Nações Unidas para as economias menos avançadas, em 2001. Nesse encontro, os 50 países representativos das economias mais frágeis do mundo acataram a constituição de um programa de fomento que reconhece o **recurso cultural** como uma reserva estratégica para um modelo sustentado de desenvolvimento socioeconômico (BERTINI, 2008 apud RIBEIRO, 2009, p. 1, grifo nosso).

É percebido até aqui, mesmo que de maneira ainda incipiente, a relevância que a cultura vem se colocando dentro das discussões do desenvolvimento no âmbito social. Tanto Ribeiro (2009) quanto Reis (2009), já começam a instigar uma reflexão acerca da cultura dentro de um viés econômico. Verifica-se que ambos confluem para uma mesma direção no momento em que trata a Economia da Cultura como um importante vetor de desenvolvimento tanto na esfera econômica quanto social. Esta discussão será retomada no próximo capítulo deste estudo.

1.2 Origem dos estudos sobre Economia da Cultura

A economia é uma ciência multidisciplinar em sua essência, pois abrange os mais diversos campos do conhecimento seja contribuindo para auxiliar no esclarecimento de determinadas variáveis dentro de tais áreas, seja se utilizando destas para aprofundar o seu campo de estudo. Sendo a economia uma ciência social, tudo que permeia e submete o homem dentro das suas relações sociais passa a ser campo de estudo da economia.

Nesta perspectiva, o esforço despendido para conceituar a cultura no tópico anterior deste estudo, serviu para afirmar não como mera conjectura, mas com uma certeza embasada no que foi apresentado no referido tópico, que a cultura é campo de análise da economia. Todavia, faz-se necessário a este estudo a verificação das razões que levaram os economistas a aprofundar os estudos sobre a cultura no viés econômico somente na década de 1960. Tolila (2007) relata que nas obras de Smith, Ricardo, Marx e até mesmo Pareto, encontram-se reflexões acerca da arte. No entanto, são colocados na maioria das vezes como:

[...] recursos de caráter metafórico ou então indicações que salientam ora o lado enigmático ou “exorbitante” dos fenômenos naturais à luz da racionalidade econômica, ora seu valor futuro num mundo livre das sujeições da fome, do capital e do trabalho assalariado. Para os pais da ciência econômica, afora certas “imagens” ou certas “intuições”, a cultura e as artes se situam, em geral, no lado do irracional ou da utopia. (TOLILA, 2007, p. 17).

Conforme exposto, desde os primórdios dos estudos da economia que os célebres economistas citados acima já introduziram, de certa forma, algumas análises sobre a cultura. Mas fica claro na citação que ainda de forma bastante incipiente e longe da importância e profundidade que requer o tema.

Para Benhamou (1997 apud MIGUEZ, 2008), as relações entre cultura e o setor econômico foram observadas na Europa do século XIX, com a submissão dos artistas e escritores, ditados já por uma lógica de caráter mercantil. No entanto, pouco interesse era suscitado nos estudiosos e pesquisadores do campo econômico, restringindo-se apenas a casos bastante particulares.

Assim sendo, Tolila (2007) relata o momento em que houve uma participação mais ativa do poder público (valendo a ressalva que tal participação só se deu, segundo o autor, na segunda metade do século XX), a ponto de delegar a Baumol e Bowen o dever de compreender os aspectos que levavam às restrições no orçamento dos profissionais da cultura. No entanto, conforme apresentado por Miguez (2008) sob a égide da economista francesa Françoise Benhamou (1997), os estreitamentos entre economia e cultura foram verificados

desde o século XIX, dada a necessidade dos profissionais já elencados por esta, submeterem-se a lógica imposta pelo mercado.

Frente às visões apresentadas pelos autores Tolila (2007) e Benhamou (1997 apud MIGUEZ, 2008) é possível levantar uma hipótese que explique a restrição orçamentária enfrentada pelos profissionais da cultura no século XX. Tal hipótese se refere justamente à dificuldade destes profissionais em se enquadrar dentro das “leis” que regem o mercado. Assim como os estudiosos da ciência econômica viam a cultura e as artes como algo irracional e até utópico, os artistas e demais pessoas envolvidas no meio cultural também tinha uma forma peculiar de ver a economia. O próprio Tolila (2007) vem a confirmar a hipótese supracitada ao fazer a seguinte colocação:

Como se sabe, a economia, seus cálculos e estatísticas, seus modelos e “leis” não têm boa fama nos meios culturais, que preferem opor ao mundo frio da rentabilidade, das limitações financeiras e da concorrência dos mercados, o mundo cálido da paixão, da criação livre e do valor universal dos atos culturais. Ao desinteresse dos economistas pela cultura respondeu, pois, em grande medida, o desinteresse dos atores culturais pela economia, suas ferramentas e seus debates. (TOLILA, 2007, p. 17-18).

Percebe-se assim que a forma como os economistas avaliam as questões dentro do seu campo teórico-metodológico, bem como a maneira que os profissionais das artes entendiam e tratavam a cultura, faziam com que houvesse (ou se criasse) pontos de discrepâncias, mantendo os setores, de certa forma, afastados um do outro.

Mesmo com as oposições ideológicas que se configuraram entre os dois campos do conhecimento, Miguez (2008) reforça sua investigação sobre os primórdios da aproximação inevitável, porém tardia, entre a economia e a cultura traçando um contexto sintético de como se deu tal aproximação:

De todo modo, de Smith e Ricardo, fundadores da economia política, passando por todo o século XIX e chegando até pouco mais da metade do século XX, as (raras) investidas dos economistas sobre o campo da cultura estiveram circunscritas à dita “alta cultura” (as belas artes, a literatura e as artes chamadas performáticas – teatro, dança, ópera e música clássica) e abordavam, regra geral, questões relacionadas com o mecenato público e privado e os processos relativos à formação dos preços das obras de arte. Daí que, tomando em consideração este longo período, as relações entre a cultura e o campo da teoria econômica tenham dando corpo, no máximo, ao que podemos chamar de uma economia da arte (MIGUEZ, 2008, p. 7).

Fica claro que até meados do século XX a concepção de cultura, por parte dos economistas, era praticamente toda voltada para o campo das artes. Não despertaram-se até

este momento para diversidade de estudos cabíveis ao tema, restringindo as análises exclusivamente para as altas classes, assim como mencionado acima de “alta cultura”.

Foram necessárias algumas décadas posteriores para pensar a economia juntamente com a cultura, como tratada por Bertini (2008 apud RIBEIRO, 2009) onde se discutiu em uma conferência da Organização das Nações Unidas, relatado no capítulo anterior, a junção das duas áreas supracitadas como política de fomento para o desenvolvimento socioeconômico.

Ainda conforme Miguez (2008), resguardado sob a égide de Françoise Benhamou (1997), informa que o interesse da ciência econômica em relação à cultura, tendo desvinculado a ideia restrita apenas ao campo da arte, e a concebendo de maneira muito mais abrangente só ocorreu em 1960, já a pensando como Economia da Cultura. Nesta perspectiva, abaixo são destacados três fatores que contribuíram sobremaneira para tal mudança:

El aumento de una propensión a generar flujos de remuneración y de empleo, la necesidad de evaluación de las decisiones culturales y, en el plano teórico, El desarrollo de la economía política hacia nuevos campos (economía de actividades no comerciales, revisión del supuesto de racionalidad, economía de las organizaciones, economía de la información y de la incertidumbre) (BENHAMOU, 1997 apud MIGUEZ 2008, p. 8).

Como já era de se imaginar, os estudiosos da economia só começaram a se interessar pela nova área, segundo Benhamou (1997, apud MIGUEZ 2008), a partir do momento que se verificou a geração de renda e emprego e a possibilidade de novos campos de estudos da economia política. Estes são elementos que, de fato, chamam a atenção de economistas e afins por se tratarem de temas da maior relevância e que afeta direta e/ou indiretamente toda a sociedade.

Antes disso, pouco ou nada era gerado através de estudos que unissem as duas áreas, tendo em vista que até então a teoria econômica considerava o setor cultural como campo atípico “em relação às ‘leis’ fundamentais que ela produzia e que regem o modo de produção e de consumo capitalista”. Na concepção dos conhecidos como fundadores da economia política, Smith e Ricardo, “os gastos nas artes abarcam apenas os lazeres e não poderiam contribuir para a riqueza das nações; para os economistas ‘respeitáveis’, portanto, eles não mereceriam um dispêndio de energia intelectual”. (TOLILA, 2007, p. 25).

A maneira como os renomados economistas Adam Smith e David Ricardo analisavam as questões pertinentes às artes e/ou cultura foi também compartilhada por Valiati (2010) no que tange a formação da riqueza das nações, assim como o fez Tolila (2007). Complementando tal afirmação, Valiati (2010) coloca que, para os referidos economistas, os campos das artes e cultura faziam parte do chamado trabalho não produtivo.

Valiati (2010) reforça o que também já foi acima exposto por Tolila (2007) quanto aos responsáveis primeiros por estudar a economia da cultura, Baumol e Bowen, em 1966, e esclarece melhor o que de fato motivou o poder público a solicitar tal estudo, como se vê trecho abaixo:

Assim, quando falamos sobre as bases da Economia da Cultura, é considerada obra seminal a publicação de Baumol e Bowen (1966) intitulada *Performing arts: the economic dilemma* – estudo que busca formalizar as relações econômicas e culturais. Tal obra possui uma abordagem típica da esfera conceitual do *welfare state* e procura compreender e elencar argumentos para ação pública no mercado de artes. De acordo com os autores, as artes performáticas seriam singularmente refratárias à incorporação de aumentos de produtividade e de tecnologia e, por isso, deveriam ser subsidiadas por políticas governamentais. (VALIATI, 2010, p. 4, grifo do autor)

Diante as considerações de Valiati (2010) e Tolila (2007), é possível tomar o trabalho teórico de Baumol e Bowen, como um marco importante no que se refere ao início dos estudos sobre economia da cultura. A obra está fortemente pautada nos ideias do bem estar econômico (*welfare economics*) e do estado de bem estar social (*welfare state*¹), os quais o autor faz questão de distinguir os conceitos.

Ao trazer a necessidade de distinção entre os conceitos, Valiati (2010, p. 5) apresenta a concepção já debatida por Keynes na sua Teoria Geral sobre “*welfare state*”, ou estado de bem estar social, na qual se dizia fazer parte das funções do Estado prover “condições básicas para investimento, criação de trabalho, demanda e poder de compra.” Desta forma, o Estado deve intervir no mercado criando políticas de gastos públicos, visando o aumento do consumo e melhor redistribuição das rendas nacionais, com o intuito de “amenizar a incapacidade do mercado”.

Para o caso do *welfare economics*, ainda conforme Valiati (2010), os estudos econômicos buscam a forma ideal de alocar os recursos, bem como as consequências trazidas por esta no âmbito social. Para tanto, o autor menciona as definições de Pigou e Pareto para o termo, aonde o primeiro, sob um enfoque heterodoxo, percebe que a maximização do bem estar se dá através da igualdade entre os custos e os preços dos recursos. Já Pareto pautava sua

¹ O *Welfare state* está diretamente relacionado com a intervenção do Estado em fomentar programas sociais que possibilitem suprir as necessidades básicas da população. O surgimento de programas sociais se deu em razão dos efeitos causados pelo processo de desenvolvimento da industrialização. É importante frisar que o atendimento dos padrões mínimos necessários como renda, saúde, moradia, dentre outros, são caracterizados como direito político aos cidadãos e não como mera caridade. Também se faz importante mencionar que tais programas são passíveis de acontecerem em função da ampliação da riqueza possibilitada justamente pela industrialização. (WILENSKY, 1975 apud ARRETICHE, 1996)

definição na capacidade que os consumidores possuem para fazer suas próprias escolhas de maneira a alcançar seu bem estar, de modo que o aumento do bem estar de um indivíduo implica diretamente na redução do outro.

A partir de então, uma atenção maior foi dada a cultura por parte de setores relevantes da economia, mas ainda incipiente diante a tudo que se poderia explorar da área. Um fato que Miguez (2008) traz para a discussão é que até mesmo a indústria cultural, já despontando com certa representatividade dentro do cenário econômico ao longo de toda a metade do século XX, continuava fora do âmbito das preocupações dos estudiosos da economia. Desta forma, a indústria cultural era estudada como mais um ramo da economia industrial.

Mesmo concebendo a expansão e diversificação que vinha apresentado a indústria da cultura — através do acelerado poder de inovação tecnológica que propiciaram a criação, ou quiçá revolução da fotografia, cinema, rádio a edição, e também a fonografia — destaca-se ainda, a produção em massa de novos produtos e serviços com forte característica cultural (ALMEIDA, 2005 apud MIGUEZ, 2008).

Em virtude do caráter mercadológico que a indústria cultural representava Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (LIMA, 2002) teceram fortes críticas quando juntos publicaram *A Indústria Cultural o Iluminismo como Mistificação de Massas*. Neste mesmo trabalho, os estudiosos apresentam elementos que revogam o caráter positivo das inovações tecnológicas no campo da indústria cultural trazidas por Almeida (2005 apud MIGUEZ, 2008) no parágrafo anterior. Assim, Horkheimer e Adorno expuseram o seguinte posicionamento:

Filme e rádio se autodefinem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos. Os interessados adoram explicar a indústria cultural em termos tecnológicos. [...] Automóveis, bombas e filmes mantêm o todo até que seu elemento nivelador repercute sobre a própria injustiça a que servia. Por hora a técnica da indústria cultural só chegou à estandardização e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguiu da lógica do sistema social. (HORKHEIMER; ADORNO apud LIMA, 2002, p. 364).

Desta forma, diante das considerações expostas, há pouco tempo que a economia da cultura passou a ser entendida como um campo que merecesse a atenção dos estudiosos, assim como foi apresentado anteriormente por uma referência a Benhamou (1997), feita por Miguez (2008), quando afirma que as análises se deram a partir da década de 1960, quando enfim,

começou a ser dada relevância, ainda que de maneira incipiente e pouco representativa, aos estudos que tangenciavam economia e cultura.

O próximo capítulo tratará a Economia da Cultura, já no século XXI, como importante viés de desenvolvimento e com uma notoriedade que distingue sobremaneira do período inicial do seu estudo no campo da Economia enquanto ciência social. Também será discutida a questão do planejamento das políticas públicas para que se alcancem os objetivos de desenvolvimento econômico-social.

2 ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA DA CULTURA COMO FORMA DE IMPLEMENTAR O DESENVOLVIMENTO

Diante ao que foi exposto no capítulo 1, discutir cultura está muito além de meramente vinculá-la a arte, ou a manifestações artísticas de quaisquer naturezas. A cultura está, também, nas peculiaridades de um povo, seja na sua forma de se expressar, vestir, comunicar, nas suas crenças, enfim, todos os hábitos e costumes que o diferem de outros povos que possuem tais questões completamente intrínsecas à sua realidade.

Foi apresentado também no capítulo anterior que muitos aspectos concernentes a cultura constitui-se como fonte quase inesgotável de estudo para a economia. Apesar da visão um tanto quanto reducionista dos economistas do século XIX no que se tratava de assuntos relacionados à cultura, reportando-se a esta, economicamente falando, apenas como lazer, não contribuindo para o enriquecimento da nação, sendo considerado como trabalho não produtivo, como foi apresentado por Tolila (2007) e reforçado por Valiati (2010).

A partir do século XX, a maneira como os estudiosos da economia passaram a perceber a cultura começou a tomar outra conotação, creditando a este campo um caráter científico-analítico, sendo intitulada como Economia da Cultura. Daí surge uma série de situações e contextos sociais passíveis da análise da Economia da Cultura, tendo efeitos que refletem em vários setores da sociedade.

Este capítulo se propõe a analisar de que maneira o governo, através dos órgãos responsáveis, vem tratando a cultura, e de que forma estão sendo implementadas políticas públicas para atingir a democratização da cultura por entre a sociedade, utilizando a Economia da Cultura como um dos caminhos para desenvolvimento. As metas lançadas - que se porventura fossem apresentadas em séculos anteriores seriam altamente rechaçadas, principalmente por estudiosos da economia - passaram a ser corporificadas através dessa nova área de estudo da ciência econômica e postas como completamente factíveis por muitos economistas na atualidade.

Faz-se importante mencionar que, diante ao número relativamente grande de políticas culturais espalhadas pelo país, subtendendo as políticas particularmente voltadas para os estados e/ou seus respectivos municípios, este tópico dará foco às políticas de abrangência nacional. Todavia, diante do objeto de análise deste estudo, faz-se necessário perpassar também por algumas das principais políticas culturais de maior relevância no estado da Bahia.

2.1 Políticas públicas culturais no Brasil

Confirmando a importância dada às políticas públicas para o setor cultural por parte do Estado, o ex-secretário de políticas culturais José Luiz Herência, publicou em um estudo realizado pelo Ministério da Cultura no ano de 2010, em sua segunda edição, intitulado *Cultura em Números*, que desde 2003 o referido ministério vem dando ao campo das políticas culturais um caráter institucional da maior relevância. Comenta que, para se ter uma política cultural no Brasil é fundamental o desenvolvimento de instrumentos de planejamento capazes de reunir dados e estabelecer indicadores eficazes que possam ser usados para auxiliar os gestores públicos e privados em suas ações para o setor.

Ainda no mesmo trabalho, o então diretor de estudos e monitoramento de políticas culturais Afonso Luz, faz importante contribuição ao trabalho ressaltando a complexidade existente em “tipificar fenômenos estético-simbólicos e estabelecer taxonomias propícias à descrição de atividades”, por essa razão “a estratégia de racionalização por meio de indicadores e metas significa a possibilidade de o poder público garantir equilíbrios na alocação de recursos”. (BRASIL, 2010, p. 27)

Para tanto, antes de adentrar nas discussões que envolvem as políticas públicas culturais no Brasil, faz-se necessário levantar alguns pontos importantes: O que de fato são políticas culturais? Quem são os entes responsáveis por sua promoção, e quem sentirá os efeitos destas políticas? A partir de que momento histórico as políticas culturais passaram a fazer parte das preocupações do Estado? Estas são algumas questões que este estudo se debruçará a responder nos próximos parágrafos.

Conforme perspectivas lançadas ao tema, o ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e atualmente professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Estadual da Bahia (UFBA), Antônio Rubim, expõe em um artigo escrito para a *Revista Galáxia*, o conceito definido por Nestor García Canclini sobre política cultural:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2005 apud RUBIM 2007, p. 102).

O conceito de política cultural por Canclini (2005 apud RUBIM, 2007) deixa claro quem são as entidades envolvidas na sua conjuntura, e quem de fato deve ser atingido por esta. Desta forma, todas as intervenções sejam elas no âmbito estatal, instituições civis ou grupos comunitários que tenham como objetivo fim o atendimento da população em suas “necessidades culturais”, são definidas como políticas culturais, segundo o autor.

No que se trata do surgimento das políticas culturais no Brasil, Rubim (2007) contesta veementemente posições como a de Márcio de Souza, escritor amazônico que propunha tal surgimento ser creditado ao período do Segundo Império, em função da postura de patrocinador de ações que envolvessem ciências e artes adotadas em alguns momentos por D. Pedro II. Também refuta a hipótese de que o nascimento de tais políticas tenha ocorrido no país enquanto colônia de Portugal, ou mesmo no período chamado República Velha (1889-1930).

Ainda conforme Rubim (2007, p. 102-103, grifo nosso), a negação em relação aos períodos acima citados, no que tange o nascimento das políticas culturais, se refere em primeiro lugar: ao “obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental, pois a colônia sempre esteve submetida a controles muito rigorosos”. Já no período da República Velha “não teve condições de **forjar** um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais”, sendo apenas “realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural”.

Não se pode negar que os períodos referentes tanto ao país enquanto colônia dos portugueses, como no Segundo Império e República Velha, são momentos que podem ser considerados como conturbados na história do Brasil. Sem querer adentrar demasiadamente neste campo de discussão, por não ser objeto central da análise proposta, mas ocorreu nestes recortes temporais citados, uma série de profundas mudanças seja no cenário econômico, social, cultural, somente para citar alguns aspectos. Esses fatos se iniciam desde a vinda da Família Real para o Brasil; posteriormente, vem o segundo reinado com D. Pedro II; por fim, com a derrocada do Segundo Reinado, após a proclamação da república brasileira, começa a vigorar o que se convencionou chamar de República Velha.

E sobre o aspecto cultural, analisando-o dentro do contexto supracitado, foram verificadas algumas iniciativas de políticas no setor cultural nesta época, contrariando, em parte, Rubim (2007) ao questionar o escritor amazonense. Segundo Tolentino (2007), a passagem do século XIX para o século XX, com libertação formal do trabalho escravo, bem como a consolidação do trabalho assalariado, marca uma pujança significativa no mercado de

consumo interno, beneficiando sobremaneira a implantação da indústria brasileira de bens e serviços para o mercado interno, sobretudo a partir de 1930.

O aquecimento da economia possibilitado pelos eventos descritos propiciou um aumento do consumo de bens culturais, reflexos das transformações ocorridas no mercado interno brasileiro. Diante aos efeitos sentidos no setor cultural, o Estado criou políticas de cultura e instituições ligadas ao setor. No entanto, Tolentino (2007) mostra que no final do século XIX e início do século XX, ocorria no Brasil uma supervalorização da cultura erudita, restringida ao consumo da elite. É nesse período que dá-se a criação da Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também confluem com a chegada de D. João VI e mudança da corte portuguesa para o país.

Em conclusão as questões levantadas no início desta discussão restam ainda estabelecer em que momento o Estado brasileiro tomou partido da situação a ponto de voltar seus esforços em prol das políticas culturais. Nesta perspectiva de análise, a pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, Lia Calabre, destaca que a elaboração de políticas com poder de alcance maior por parte do Estado e com efetiva perenidade, data do século XX, mais precisamente a partir da década de 1930. (CALABRE, 2007)

Corroborando e complementando a afirmação de Calabre (2007), quanto ao surgimento das políticas culturais no Brasil, Rubim (2007) destaca ainda dois momentos importantes ocorridos na década de 1930 que, segundo este, marcaram o início de tais políticas no país: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938), e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, mais especificamente a presença de Gustavo Capanema à frente deste ministério, de 1934 até 1945. Vê-se que importantes intelectuais da época estavam presentes no momento da construção de algumas das principais políticas culturais.

Também tratando sobre a participação mais efetiva do Estado através das políticas de fomento à cultura, Mário Chagas aponta o seguinte:

As evidências da interferência do Estado na área cultural podem ser observadas através do decreto de criação do Curso de Museus (1932), do decreto que eleva Ouro Preto à categoria de monumento nacional (1933), do decreto que organiza o serviço de inspeção dos monumentos nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional (1934), da lei que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o Museu Nacional de Belas Artes (1937), instituiu o tombamento e se transforma no mais importante documento legal, ainda em vigor, referente à preservação dos bens culturais (CHAGAS, 2006 apud TOLENTINO, 2007, p. 6).

Calabre (2007) diz que, de fato, ocorreu até a década de 1940 um número razoável de ações por parte do Estado no âmbito cultural, todavia, somente no pós-guerra, por volta de 1950, que essas ações, tiveram um caráter mais global e organizado dentro do cenário nacional, sendo somente a partir de então que essas ações foram tomadas como política cultural, na concepção da autora.

É necessário destacar o período que culmina com o Regime Militar no Brasil. Por mais antagônico que possa parecer, é justamente neste momento que se dá o primeiro esboço de política oficial de cultura. Segundo Tolentino (2007), a criação do Plano de Ação Cultural se dá na transição da década de 1960 para 1970, com o propósito de estabelecer metas que buscassem resultados mais diretos no setor cultural. Uma das características deste Plano era o fato de abranger várias áreas de atividade cultural.

Já na década de 1980, as ações do Estado em relação à cultura se mostra ainda mais evidente em função da criação do Ministério da Cultura. Com isso, a cultura passa a ser discutida tanto no viés econômico, como político e social. A partir daí começa-se o que se pode chamar de unificação dos campos da cultura, pois seja o erudito, popular e a cultura de massa passam a receber tratamento semelhante dentro das políticas públicas.

Deve-se destacar também a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) no ano de 1991, sob a lei 8.313/91, popularmente conhecida como Lei Rouanet. Atuando em duas nuances de apoio a projetos culturais: a primeira através do Fundo Nacional de Cultura que se trata de um fundo do qual seu recurso era provindo de arrecadações e outros setores públicos para ser investido em projetos culturais; já o Incentivo a Projetos Culturais, ou Mecenato, possibilita incentivo e benefícios fiscais às empresas que contribuíssem através de doações ou patrocínios, para a realização de projetos da área cultural. (TOLENTINO, 2007)

Percebe-se que a Lei Rouanet tem um caráter forte de política de incentivo fiscal. Segundo dados do Ministério da Cultura, entre os anos de 1999 e 2009, o PRONAC, através do Mecenato, captou recursos na ordem de 5,5 bilhões de reais, distribuído entre as áreas: artes cênicas, artes integradas, artes visuais, audiovisual, humanidades, música e patrimônio cultural. (BRASIL, 2009)

Prosseguindo com as análises, Calabre (2007), no ano de 2000, foi criado o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, sendo este considerado como o projeto inicial de atuação por parte do Estado, com caráter mais efetivo quanto à valorização e preservação do patrimônio imaterial. De acordo à sua natureza, o referido instrumento tinha como objetivo

dar maior visibilidade e, principalmente, preservar e dar continuidade aos patrimônios culturais, incluindo os de cunho popular.

Outro marco importante foi a partir do momento da obrigatoriedade em lei da implantação do Plano Nacional de Cultura, através da Emenda Constitucional 48, de 10 de agosto de 2005, em seu artigo 215, acrescido do parágrafo 3, o qual diz:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2005)

Calabre (2007) tece comentários bastante pertinentes, possivelmente sob a égide da Emenda Constitucional acima citada, referentes a elaboração das políticas culturais, devendo estas partir do pressuposto da cultura como um bem da coletividade. Sendo assim, tais políticas deveriam ser pensadas de maneira que se tornassem algo a ser usufruído por toda a sociedade. Estende-se esta colocação, também, para os bens culturais que fogem a concepção restrita a qual se ancorou o Estado por muito tempo, primando apenas pelos símbolos formadores da sociedade, tais como: patrimônios edificados e obras artísticas ligadas à cultura erudita.

Como já abordado neste estudo, por muito tempo os economistas não deram atenção à cultura como viés de geração de riqueza e desenvolvimento. Percebe-se que esta concepção vem alterando com o passar do tempo. Miguez (2008), apresenta que diante a possibilidade de geração de emprego e renda, bem como a abertura de novos campos para análise da economia política, a cultura passa a ser alvo de estudo de algumas correntes econômicas. E não só os estudiosos da economia começaram a ver a cultura com outros olhos, mas também o Estado. E este olhar se estreita na medida em que os resultados alcançados pelos setores culturais passam a ter reverberação social cada vez mais representativa, em especial, do ponto de vista econômico.

O Plano Nacional de Cultura - PNC é um “mecanismo de planejamento para médio e longo prazo, propulsor de um esforço coletivo para assegurar os direitos culturais aos brasileiros”, pode ser considerado como a personificação dessa preocupação remetido a cultura. A partir da promulgação do PNC, em 2005, a estruturação das ações culturais passou a ser uma realidade crescente. Além de propor uma democratização dos bens culturais, há

também um fator que muito interessa aos economistas, o poder de geração de emprego e renda para a população. (PNC, 2008, p. 8)

Uma das preocupações presente no planejamento das políticas culturais de 2008 foi a necessidade de regulamentar as “economias da cultura” evitando monopólios comerciais e impactos negativos causados pela exploração predatória do meio ambiente, bem como dos valores simbólicos. Estas preocupações estiveram ancoradas na história recente do Brasil, destacando-se dois momentos: primeiro na década de 70, período no qual país cresceu em admiráveis patamares de 10% ao ano, todavia causando enormes discrepâncias sociais e mantendo ainda mais vivas as distâncias culturais; já nos anos 90, o que imperou de fato foi a lógica de mercado tomada como fator regulador das dinâmicas de expressão simbólica, ajudando a fortalecer ainda mais as desigualdades. (PNC, 2008)

Em todos os textos nos quais foram estabelecidas as metas a serem atingidas pelo PNC, foi verificado forte ênfase na geração de emprego e renda. No PNC de 2011, por exemplo, a meta estabelecida pelo governo entre 2010-2020, apontava um crescimento de empregos formais que sairia de 1,6 milhão para 3 milhões em todo território nacional. Vê-se claramente ser esta uma meta bastante desafiadora para os órgãos responsáveis por implantá-la, no entanto, fica evidente também que metas tão audaciosas não seriam implementadas caso o setor não demonstrasse capacidade de crescimento que sustentasse tais objetivos. (PNC, 2011)

No intuito de resguardar o cumprimento da Emenda Constitucional 48, dentro dos objetivos e metas estabelecidas para o PNC, o Ministério da Cultura criou o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Sua finalidade destina-se para “implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, pactuada entre os entes da federação, e com a participação da sociedade civil”. (TOLENTINO, 2007, p. 11)

A lógica de funcionamento do SNC se dá de maneira que os municípios que aderirem ao Sistema comprometeram-se a implantar uma estrutura cultural que venha a adequar-se às exigências do Ministério da Cultura. Assim, o Estado ou município deve implantar no mínimo uma secretaria de cultura, um plano de cultura, uma conferência periódica de cultura e um sistema de financiamento de ações culturais.

2.1.1 Economia Criativa

Cabe fazer uma distinção fundamental para melhor compreensão dos fatores referentes à Economia da Cultura e Economia Criativa. Apesar de ambas estarem intimamente ligadas em função do fator cultura, sendo este um termo de múltiplas interpretações, requer cuidados importantes quanto ao que dela se deriva. Isso se deve às diversas conceituações, parte delas foi apresentada pelos autores no início do capítulo anterior. E dentro da análise econômica ela também se apresenta por caminhos que podem levar a resultados diversos. Assim, contemplar todas as nuances que o árido terreno da cultura permite mesmo se tratando do aspecto econômico, estariam além dos propósitos deste estudo.

Faz-se necessário esclarecer que a Economia Criativa não é o tema chave deste trabalho, sendo sim a Economia da Cultura o foco principal. No entanto, é perfeitamente aceitável que se reserve um espaço nesta discussão para apresentar o conceito e alguns dos propósitos da Economia Criativa, até mesmo para facilitar o entendimento quanto às diferenças existentes entre ambos os campos.

Para tanto, a Comissão Europeia em uma de suas publicações intitulada *The economy of culture in Europe*, apresentou importante distinção entre Economia da Cultura e Economia Criativa, como segue:

O primeiro desses conceitos é o de setores culturais: aqueles que geram bens e serviços em cujo cerne se encontra a produção artística. Cultura aqui, portanto, é entendida como arte, que serve assim de parâmetro para a definição de setores culturais. Estes, de acordo com a Comissão Europeia, englobariam atividades de duas naturezas: i) os trabalhos de arte, que se caracterizam por seu consumo imediato e por não terem o objetivo de reprodução em série – por exemplo, pinturas, exposições monumentos e espetáculos; e ii) a produção industrial em massa de bens como livros, CDs, DVDs etc., produtos de artes como a literatura, a música e o cinema. Já nos setores criativos a cultura se torna um insumo para a produção de bens funcionais, não culturais. Nesse contexto, a cultura é entendida como algo mais amplo do que a arte, acolhendo um conjunto de crenças, costumes, valores e hábitos adotados por sociedades ou grupos de pessoas. Esse insumo cultural é empregado como fator de diferenciação e mesmo de inovação. Entre outras atividades, os setores criativos abarcariam a publicidade, a arquitetura, o *design* e a moda. (GORGULHO et al, 2009, p. 302)

Conforme os parâmetros acima abordados, a Economia Criativa é a área que se utiliza da cultura como meio de acesso à produção de bens e serviços que não são culturais, ou seja, não são gerados com a finalidade de produção numa vertente artística ou cultural.

Desta forma, as atividades que envolvem a Economia Criativa não seriam compreendidas dentro do campo direto da Economia da Cultura, conforme apresentado no capítulo anterior, quanto à definição do seu conceito.

De acordo a Fundação Nacional de Artes - FUNARTE não há uma definição única para a Economia Criativa, uma vez se tratar, em linhas gerais, de um conceito em evolução que toma como base os ativos criativos capazes de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Para tanto, deve-se levar em consideração também o grau de interação existente entre a economia criativa em relação à tecnologia, propriedade intelectual e turismo. (FUNARTE, 2011)

Leitão (2011) afirma, por sua vez, que a Economia Criativa está ligada a todos os bens e serviços que utilizam-se da criatividade e do conhecimento como insumo principal para sua produção. Assim, o valor de mercado de um determinado bem ou serviço será concebido em função do processo produtivo por qual passam, estando seu preço vinculado ao seu valor simbólico.

O Ministério da Cultura definiu, em 2011, o escopo dos setores criativos contemplados pelas políticas públicas culturais, classificando da seguinte maneira: Patrimônio (materiais e imateriais, arquivos e museus); Expressões Culturais (artesanato, culturas populares, culturas indígenas, cultura afro-brasileira, artes visuais); Artes de Espetáculo (dança, música, circo e teatro); Audiovisual e Livro, Leitura e Literatura (cinema e vídeo, publicações e mídias impressas); por fim, Criações Funcionais (moda, *design*, arquitetura, arte digital). (BRASIL, 2011)

Percebe-se até aqui que as áreas parecem tratar das mesmas questões, todavia, em linhas gerais, é possível conduzir a uma reflexão sobre as respectivas abordagens tanto da Economia Criativa como da Economia da Cultura trazendo um ponto central que difere, em parte, uma da outra. E essa diferença se estabelece justamente no fator comum entre ambas, a cultura, ou melhor, a forma como esta é entendida e tratada em cada uma das vertentes de análise econômicas a que são submetidas. Assim, segundo Gorgulho (2009), a Economia da Cultura investiga a cultura como fator de produção artística ou cultural; já as atividades estudadas pela Economia Criativa, utilizam-se da cultura como meio para a produção de bens e serviços, com objetivo não cultural.

2.1.2 Políticas Públicas Culturais na Bahia: breve comentário

Tratar do tema políticas públicas da cultura na Bahia requer voltar um pouco mais de duas décadas, mais precisamente em 15 de julho de 1987, data a qual se deu a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. A importância do Estado baiano dada às políticas públicas da cultura passava por um período ascendente, desde a formulação de uma política de apoio a cultura idealizada pelo então secretário de educação, Anísio Teixeira, na administração do governador Otávio Mangabeira, em 1946. Para que tal política pudesse ser implantada, Teixeira ficou encarregado de criar um Departamento de Cultura na Secretaria de Educação. (SECULTBA, 2010)

No entanto, faz-se necessário um retorno ainda maior para tratar de maneira breve do surgimento das políticas de fomento a cultura. Na Bahia não ocorreu diferente do restante do país no que diz respeito à democratização da cultura, ou melhor, a ausência desta. Sobre essa questão, Lima (2009), citando Gomes (1979), diz que do início do século XX até aproximadamente 1950, o Estado é marcado por uma cultura elitista, acadêmica, ornamental e pouco participativa, sendo observada como um luxo para desfrute de uma minoria da população.

Destaca-se, pois ostracismo cultural se passa no mesmo período em que a Bahia vivenciava uma grave crise de desenvolvimento. O marasmo toma conta do estado entre as décadas de 1940 e 1950. Enquanto as regiões Sul e Sudeste do Brasil emplacavam um forte ritmo de desenvolvimento, a Bahia se via gradativamente enfraquecida, principalmente, pelos cocorrentes internacionais do açúcar.

Alban (2005) credita o baixo dinamismo demonstrado pelo estado baiano a pouca infraestrutura bem como o reduzido poder de competitividade no mercado internacional. E para agravar ainda mais a situação tanto da Bahia como do Nordeste de modo geral, o fato de não participar do dinamismo cafeeiro, passa a perder posição relativa na economia brasileira. No caso da Bahia, nem mesmo o cacau foi capaz de impulsionar sua economia. O que se via no restante do país era uma completa efervescência industrial, enquanto que a Bahia se mantinha estagnada. Esse fato ficou conhecido como o “enigma baiano”, que teve seu ponto alto em 1950.

Voltando a tratar do campo das políticas culturais, pode-se então compreender que a estagnação econômica vivida pela Bahia na época do referido “enigma baiano”, teve seus reflexos também no setor cultural. Este fato contribuiu ainda mais para que a atenção ao setor cultural fosse mais morosa. Segundo Rubim (2000 apud LIMA, 2009) a Bahia vivia uma forte

contemplação da sua hegemonia passada, enquanto amargava uma forte decadência socioeconômica.

Em meio à estagnação econômica algumas ações por as políticas culturais começam a ser implantadas pelo governo. Como relatado no início deste tópico, o governador Mangabeira (1947 – 1951) ao nomear Anísio Teixeira como Secretário de Educação e Saúde, comprova essa afirmação. É perfeitamente relevante enquadrar este período às interpretações dos estudiosos em uma análise de âmbito nacional.

Para tanto, é pertinente trazer mais uma vez as análises feitas por Calabre (2007) nas discussões de políticas culturais no Brasil. Segundo a autora, por toda a década de 1940, de fato, ocorreram um número relativamente grande de políticas culturais, mas com pouca representatividade e organização dentro do cenário nacional. Assim, a criação do Departamento de Cultura feita por Teixeira pode ter conseguido quebrar a inércia e ostracismo cultural que acometia a Bahia no que se trata de políticas públicas para o setor cultural, mas nada a ponto de receber destaque.

Outro momento importante para a cultura na Bahia foi a criação do Conselho Estadual de Cultura, em 1967, período que vigorava o Regime Militar. Isso se deu logo após uma reforma administrativa feita na Secretaria de Educação e Cultura pelo então governador Luiz Viana Filho (LIMA, 2009). No mesmo ano surgiu também a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural com o objetivo de preservar o patrimônio cultural da Bahia (UCHÔA, 2006 apud LIMA, 2009).

Já no governo de Antônio Carlos Magalhães dá-se o nascimento da Fundação Cultural do Estado Bahia (FUNCEB). No entanto, seu funcionamento só ocorreu em 1974, dois anos após a criação, período em que foi concluído seu estatuto, o qual Canedo (2008, p.62 apud LIMA, 2009, p. 7) destacava os seguintes objetivos: “preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural”. Foram incorporados à FUNCEB: o Museu de Arte da Bahia, o Museu de Arte Moderna e o Teatro Castro Alves.

Depois de realizado um retorno histórico onde foram elencadas de maneira cronológica algumas das mais relevantes ações do governo em relação às políticas culturais, retoma-se à criação da SECULT, que tem sua importância assegurada por se tratar da primeira secretaria a cuidar especificamente da cultura. Contudo, os rumos das políticas culturais e o futuro da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia sofreriam mudanças consideráveis.

Essas mudanças se deram em cadeia, de cima para baixo. No governo do presidente eleito Fernando Collor de Melo ocorreram uma série de privatizações de empresas estatais e

também a extinção diversos órgãos, dentre eles o Ministério da Cultura, criado em 1980, como mencionado anteriormente. Não demorou muito para que os efeitos dessas mudanças impactassem na Bahia. O então governador Antônio Carlos Magalhães inicia uma reforma administrativa banindo a SECULT, transferindo novamente a pasta da cultura à Secretaria de Educação que passa a ser chamada de Secretaria de Educação e Cultura (LIMA, 2009).

Novas mudanças na condução das políticas faz com que o segmento da cultura passe a fazer parte da alçada da recém-criada Secretaria da Cultura e Turismo no ano de 1995. Tendo observado que as ações culturais ficaram limitadas apenas dentro da concepção do turismo, o governador Jaques Vagner, através da lei nº 10.549/2006, cria a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), compreendendo a cultura como todo o conjunto da criação simbólica do homem (SECULTBA, 2010).

Antes de ser implantada a nova Secretaria de Cultura pelo governador Vagner, como colocado acima, em 1996, enquanto as ações culturais eram conduzidas pela Secretaria de Cultura e Turismo, foi sancionado a lei nº 7.015, sendo conhecida como Fazcultura. Essa lei previa incentivos fiscais para as empresas que apoiassem projetos culturais aprovados pela Secretaria de Cultura, desde que respeitadas as formas e limites estabelecidos na referida lei. Na medida em que as empresas concedessem apoio financeiro aos projetos de cultura, elas receberiam abatimento no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. (BAHIA, 1996)

No meio tempo entre a extinção e a criação da nova secretaria voltada para o segmento da cultura, em fevereiro de 2005, a lei 9.431 institui o Fundo de Cultura da Bahia. Seu implemento se deu na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura utilizando recursos orçamentários do tesouro do Estado, seguindo pré-requisitos do Sistema Nacional de Cultura, o qual já foi tratado anteriormente neste estudo. Segundo Lima (2009, p. 15), “o Funcultura tem com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, que tem dificuldade de inserção no mercado de patrocínio privado”.

De maneira sucinta foram acima elencadas algumas das principais políticas públicas voltadas para o setor cultural. Foi possível perceber através dos fatos apresentados o quanto foram transitórias as políticas para o setor em análise. Vê-se que as questões especificamente culturais tardaram a ser tomadas com a devida importância inerente ao setor. No entanto, o que ocorreu na Bahia, mesmo com os problemas econômicos enfrentados, foi reflexo do que já vinha ocorrendo no âmbito federal, como também tratado neste estudo.

2.2 Economia da Cultura como estratégia de desenvolvimento

Já há algum tempo vem surgindo algumas correntes que defendem o papel da Economia da Cultura como vetor de desenvolvimento econômico-social de uma nação. Tendo a compreensão que o Brasil é um país com grau de miscigenação altíssimo, a profusão cultural aqui estabelecida permite uma diversidade nesta área muito grande. Conseqüentemente, os frutos dessa diversidade, se bem tratados, se tornam uma fonte enorme de geração de emprego e renda para a população.

O Ministério da Cultura - MINC destaca a importância da Economia da Cultura no implemento da renda e geração de emprego. Segundo o referido ministério, a cultura tem papel relevante para incentivar o desenvolvimento econômico ancorado na igualdade, proporcionando assim, o crescimento sustentável do país. E isso pode ser alcançado em função da diversidade de atividades culturais com poder de propiciar a inclusão social, especialmente para os jovens, além de promover a geração de trabalho, e também emprego e renda, como já citados. (BRASIL, 2010)

Segundo Porta (2008), a Economia da Cultura se mostra como o setor mais dinâmico na economia global, com crescimento na ordem de 6,3% a ano, enquanto que os demais setores econômicos não atingiram nem mesmo a marca dos 6% (a análise refere-se ao período entre 2004-2008). Projeta-se para o setor taxas de crescimento no patamar de 10% para os anos vindouros. A autora destaca um grande diferencial da Economia da Cultura em relação às outras áreas econômicas: a pouca dependência de recursos não renováveis, já que sua produção está diretamente ligada a criação artística e/ou intelectual, tornando tal produção bastante elástica.

Porta (2008) ressalta ainda o viés estratégico da Economia da Cultura convergindo com os propósitos de modernização e desenvolvimento os quais são atualmente pautados como objetivos e metas do governo brasileiro. Assim, são listadas as seguintes características inerentes ao setor econômico em análise, das quais Porta (2008) se vale para apoiar sua afirmação:

1. A geração de produtos com alto valor agregado, cujo valor de venda é em grande medida arbitrável pelo criador;
2. A alta empregabilidade e a diversidade de empregos gerados em todos os níveis, com remuneração acima da média dos demais;
3. O baixo impacto ambiental;
4. Seu impacto positivo sobre outros segmentos da economia, como no caso da relação direta entre a produção cultural e a produção e venda de aparelhos eletrônicos (tv, som, computadores etc.) que dependem da veiculação de conteúdo;
5. Suas externalidades sociais e políticas são robustas. Os bens e serviços culturais carregam informação, universos simbólicos, modos de

vida e identidades; portanto, seu consumo tem um efeito que abrange entretenimento, informação, educação e comportamento. Desse modo, a exportação de bens e serviços culturais tem impacto na imagem do país e na sua inserção internacional; 6. O fato do desenvolvimento econômico desse setor estar fortemente vinculado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial altamente inclusivo, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura; 7. O potencial de promover a inserção soberana e qualificada dos países no processo de globalização. (PORTA, 2008, p. 2)

Conforme exposto acima, a Economia da Cultura demonstra potencialidades altamente necessárias para implementar o desenvolvimento do país. Não por acaso o governo passou a criar políticas públicas de incentivos e valorização dessa área, mesmo que tardiamente, como declarado por Tolila (2007) no capítulo anterior, ao dizer que somente a partir da metade do século XX que o Estado, através do estudo realizado por Baumol e Bowen, começou a dar sinais de preocupação em relação à Economia da Cultura.

Reforçando o grande potencial econômico que a cultura se mostra, o Ministério da Cultura traz dados de pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho - OIT indicando uma participação de 7% no PIB mundial de produtos e serviços culturais, como previsão de crescimento anual entre 10% e 20 %. A pesquisa também mostra dados que evidenciam a pujança da Economia da Cultura atualmente no Brasil, onde o crescimento médio anual dos setores criativos se estabeleceu em mais de 6%, resultado superior a média de crescimento do PIB dos últimos anos que foi de 4,3%. (BRASIL, 2010)

O convênio realizado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e o Ministério da Cultura, em 2004, levantaram números bastante expressivos quanto à representatividade da cultura nas atividades econômicas. Em conformidade com o primeiro resultado deste convênio, designado Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005, havia neste período no Brasil 320 mil empresas voltadas à produção cultural, gerando em torno de 1,6 milhão de empregos, dos quais 70% eram com carteira assinada. O salário médio mensal girava em torno de 5,1 salários mínimos, equivalendo ao apresentado em média pela indústria, e quase 50% maior que a média do país. Estes números referem-se ao ano de 2005. (PORTA, 2008).

Os desafios para criar mecanismos adequados que possibilitem manter este crescimento, bem como possibilitar a democratização da cultura, requererá dos órgãos públicos responsáveis empenho e muita dedicação no momento de pensar as políticas de fomento. Algumas ações importantes já foram iniciadas, vide a criação do Plano Nacional de Cultura, em 2005, que a cada ano desde então, passa por ajustes e readequação de suas metas.

Novamente trazendo a contribuição de Ana Carla F. Reis, desta vez com o trabalho realizado com Kátia de Marco (2009), em seus estudos é defendido de maneira veemente a Economia da Cultura como vetor de desenvolvimento. É relatado de forma clara e objetiva a compreensão sobre o tema, e já neste momento é concebido por estas a importância da cultura dentro da análise econômica, bem como sua condição de contribuir para o processo de desenvolvimento do país.

Reis e Marco (2009) utilizam-se da definição do economista indiano Amartya Sen sobre desenvolvimento, o qual diz que a expansão da liberdade de escolha é fator primordial para a ocorrência do desenvolvimento. E tal liberdade não está apenas na condição de fazer uma escolha, mas, principalmente, poder refletir acerca das opções apresentadas a ponto de decidir sem nenhuma interferência midiática, da opinião pública ou outros meios semelhantes. Replica-se esta questão tanto para a política, o consumo e também à cultura.

Em seu trabalho sobre Economia da Cultura, Porta (2008, p. 2) afirma que o Brasil “possui evidente vocação para tornar a Economia da Cultura um vetor de desenvolvimento, baseado na sua diversidade cultural e na sua alta capacidade criativa”. Sobre isso não se pode duvidar, afinal, o Brasil em toda a sua história foi o destino de vários povos que aqui se instalaram, trazendo consigo um pouco da cultura dos seus respectivos países, transformando o Brasil em um país literalmente multicultural.

No entanto, diante da afirmação feita por Porta (2008), Reis e Marco (2009, p. 35) levantam duas questões extremamente importantes: “Ora, como podemos falar de desenvolvimento cultural, se nos deparamos com tantos gargalos na cadeia econômica da cultura?” e questiona também “como podemos defender o desenvolvimento cultural, se tantos de nossos talentos acabam não se dedicando à cultura como profissão, pela impossibilidade de sobreviverem financeiramente disso?”.

É importante frisar que os questionamentos não vêm da discordância sobre o potencial que a Economia da Cultura possui em ser um vetor de desenvolvimento, muito pelo contrário, ambas tratam-se de economistas contemporâneas que levantam e defendem essa bandeira. Todavia, a inquietação acima apresentada sobre a forma de pergunta, parte justamente da necessidade de se avaliar a situação cultural no Brasil de maneira mais aprofundada, e não somente sobre uma visão contemplativa.

Assim, Reis e Marco (2009) enfatizam a diversificação e efervescência da produção cultural no país. Contudo, dizem que os bens e serviços desta produção não são distribuídos de forma democrática entre a população, apresentando justamente estes “gargalos na cadeia econômica” dos bens e serviços culturais. E para a defesa deste argumento, as autoras

ancoraram-se na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, ocorrida entre os anos de 1999 a 2006, a qual informava que apenas 8% dos municípios brasileiros possuíam sala de cinema. Desta forma, grande parte da população de mais 5.000 municípios jamais teve a oportunidade de conhecer uma sala de cinema.

Outro dado também alarmante apresentado por Reis e Marco (2009), desta vez da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), mostra que apenas 10,1% dos filmes exibidos nas salas de cinema brasileiras no ano de 2008, se tratavam de produções nacionais. Assim, se não bastasse o ínfimo número de salas, aproximadamente 90% dos filmes exibidos são produções estrangeiras. Cabe salientar que houve uma melhora neste número se comparado com os dados levantados pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), em 2011, o percentual de filmes nacionais exibidos passou para 29% do total de filmes exibidos nos cinemas. (ANCINE, 2011)

Nesta perspectiva, mais uma vez Porta (2008) é trazida para discussão quando esta expõe alguns dados referentes às atividades culturais no Brasil. Para tanto, ela toma como fonte de dados as informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada em 2006, fazendo um comparativo com o ano de 1999. A pesquisa trata de questões relativas a equipamentos e ações culturais ocorridas neste período.

A pesquisa aponta números relativos a equipamentos e ações culturais. A presença de lojas de discos e dvds cresceu 74% em sete anos; o número de salas de cinema cresceu 20%, apesar delas estarem presentes em apenas 8,7% das cidades; já as videolocadoras estão em 82% das cidades brasileiras. O número de salas de espetáculo cresceu 55%; o de museus 41% e o de bibliotecas 17%. As rádios comunitárias estão em 49% dos municípios, superando as fms (em 34%) e as ams (em 21%); e a tv está em 95,2% dos municípios. As atividades culturais mais presente nos municípios é o artesanato (64,3%), seguida pela dança (56%), bandas (53%) e a capoeira (49%), esta última além da expressiva presença no país é, ao lado da música, um dos segmentos que maior interesse desperta no exterior. Os festivais apresentam-se como a mais dinâmica forma de difusão cultural no país: 49% das cidades contam com festival de cultura popular, 39% com festival de música, 36% com festival de dança, 26% com festival de teatro e 10% com festival de cinema. (PORTA, 2008, p. 3)

Alguns destes números passaram por modificações quando comparados aos dados da mesma pesquisa realizadas em 2009, a mais recente disponibilizada pelo IBGE envolvendo as análises sobre cultura. Por exemplo, referente aos equipamentos, alguns dos itens citados por Porta (2008) tiveram seus números puxados para cima, como os cinemas que passou a estarem presentes em 9,1% dos municípios; os museus em 23,3%; bibliotecas, 93,2%, as

rádios comunitárias passaram a estar presentes em 52,6%. Já as lojas de discos e DVDs, bem como as videolocadoras apresentaram quedas de 33% e 18%, respectivamente.

Em relação a estes últimos, um dos fatores que possivelmente contribuíram para decrescerem foi a maior difusão da internet. Conforme a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) realizada em 2009, o crescimento apresentado em 2000 em relação a 2006 foi de 21,4%, e se comparado ao primeiro ano da pesquisa, em 1999, o percentual de crescimento é de aproximadamente 240%. (IBGE, 2009)

Na Munic de 2009 não foram tratadas das atividades culturais, desta forma não será possível estabelecer as prováveis alterações tomando como parâmetros os dados trazidos por Porta (2008). Todavia, os resultados mostrados em 2006 reforçam as indagações levantadas por Reis e Marco (2009), ao questionarem os gargalos na cadeia econômica cultural.

Outro ponto também tomado pelas autoras refere-se a definição do economista Amartya Sen, a quem se bebeu da fonte para conceituar o termo “desenvolvimento”, indagando como pensar na defesa de uma liberdade de escolhas no Brasil, uma vez a grande maioria da população sequer possui equipamentos culturais básicos como cinemas, teatros, salas de concerto. Além disso, ainda tem os veículos midiáticos que pesam bastante em suas escolhas.

Continuando a discussão sobre este ponto, Porta (2008) dialoga com Reis e Marco (2009) em um viés de concordância, por entender que a concentração e baixa capilaridade dos equipamentos culturais trazem impactos negativos para a disseminação da cultura. Contudo, Porta (2008) ressalta o papel dos festivais como sendo um grande difusor cultural, seja na cultura popular, na dança, no teatro, cinema e demais expressões que se utilizam deste meio para tornar mais democrático o acesso a cultura.

Sendo assim, está posto o cenário em que a Economia da Cultura atua. Os desafios são enormes, afinal de contas, a concentração e os gargalos apresentados através dos dados acima, são frutos de praticamente toda uma história de discrepância e desigualdades socioeconômicas, sem falar nas questões religiosas, étnico-raciais, e outras que não cabem aqui serem tratadas. O fato é que a Economia da Cultura, com sua história de estudo recente, vem se mostrando como uma das estratégias mais viáveis para minimizar (ou quiçá extirpar) o distanciamento dos bens e serviços culturais de grande parte da população brasileira.

Além de auxiliar na democratização de tais bens e serviços culturais, a Economia da Cultura, com base nos dados apresentados pelo IBGE (2009), mostra um potencial de geração de emprego e renda que chama a atenção, principalmente, por sua dinâmica de produção e

pelos resultados apresentados, conforme elencados neste estudo. Desta maneira, a função do Estado através da criação de políticas públicas voltadas para este setor é imprescindível.

Foi visto no tópico que tratou das políticas públicas culturais no Brasil que ações importantes já foram realizadas, destacando em especial a criação do Plano Nacional de Cultura, em 2005, e suas posteriores implementações nos anos seguintes. Todavia, as metas lá estabelecidas requerem mecanismos que as tornem factíveis, e para isto, tanto os órgãos públicos e privados como a comunidade necessitam estar concatenados com o mesmo objetivo, pois o alcance deste pode somar fortemente para se alcançar desenvolvimento econômico-social-cultural do país. Abaixo é mostrada uma tabela 1 na qual são visualizadas as receitas dirigidas a cada órgão ministerial do governo.

TABELA 1 – GASTOS DIRETOS DO GOVERNO FEDERAL COM OS ÓRGÃOS SUPERIORES EM 2012 (R\$) (%)

Órgão Superior	Total No Ano (R\$)	Participação
Ministério da Fazenda	R\$ 793.502.801.903,65	56,04%
Ministério da Previdência Social	R\$ 322.298.732.539,11	22,76%
Ministério da Defesa	R\$ 59.815.983.314,64	4,22%
Ministério do Trabalho e Emprego	R\$ 57.762.154.788,26	4,08%
Ministério da Educação	R\$ 51.323.574.984,99	3,62%
Ministério da Saúde	R\$ 26.055.112.572,35	1,84%
Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	R\$ 21.221.881.232,86	1,50%
Ministério dos Transportes	R\$ 17.699.591.990,38	1,25%
Ministério das Cidades	R\$ 12.093.901.751,81	0,85%
Minist. da Agricul. Pecuária e Abastecimento	R\$ 10.126.523.261,44	0,72%
Ministério da Justiça	R\$ 8.720.993.561,21	0,62%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 7.742.462.370,05	0,55%
Presidência da República	R\$ 6.142.332.835,98	0,43%
Ministério da Integração Nacional	R\$ 4.861.642.109,28	0,34%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	R\$ 3.769.415.052,27	0,27%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	R\$ 2.729.930.195,97	0,19%
Ministério do Meio Ambiente	R\$ 1.889.885.767,06	0,13%
Ministério de Minas e Energia	R\$ 1.838.924.046,03	0,13%
Ministério das Comunicações	R\$ 1.746.440.215,42	0,12%
Ministério das Relações Exteriores	R\$ 1.576.994.719,24	0,11%
Ministério da Cultura	R\$ 1.093.275.966,49	0,08%
Ministério do Desenv. Ind. e Comercio Exterior	R\$ 1.058.213.251,01	0,07%
Ministério do Turismo	R\$ 452.797.579,26	0,03%
Ministério do Esporte	R\$ 350.800.079,67	0,02%
Ministério da Pesca e Aquicultura	R\$ 126.583.987,46	0,01%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência do Governo Federal

Nesta perspectiva, no que se trata ao papel do Estado como provedor do desenvolvimento através das ferramentas da Economia da Cultura, é necessário que os esforços e políticas sejam melhor estruturadas. A começar pela quantidade de recursos direcionada ao Ministério da Cultura. De acordo com dados do Portal da Transparência do Governo Federal², em 2012 as despesas do Governo Federal com Cultura representaram apenas 0,08% do total direcionados aos órgãos subordinados. No ano de 2004 as receitas foram ainda menores, o montante foi equivalente a R\$ 266.114.189,71, representando 0,04% do total.

Conforme os dados anteriormente elencados, se comparado as despesas do Governo Federal no ano de 2004 em relação ao período de 2012 mostrado na Tabela 1, houve um aumento em torno de 300%. Contudo, verifica-se que as despesas do Governo com o Ministério da Cultura são os menores entre os ministérios. Para alcançar os objetivos e metas presentes, por exemplo, no PNC 2011 - como tratado anteriormente neste capítulo - no qual o governo pretende aumentar de 1,6 milhão para três milhões de empregos formais entre os anos de 2010-2020, requer esforços e recursos maiores, caso contrário, essas e muitas outras metas não serão realizadas.

² Informações disponíveis no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta>

3 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA E SUAS INFLUÊNCIAS NO EMPREGO E RENDA

Neste capítulo as análises serão dirigidas especialmente ao município de Vitória da Conquista/BA, em particular as questões que envolvem as políticas públicas de fomento a cultura. Para tanto, será necessário tratar de questões que expliquem o contexto histórico e econômico do município, tendo em vista as principais bases de sua economia. Logo após, serão elencados algumas das principais políticas públicas concebidas entre os anos de 2003-2012, direcionadas ao cenário cultural. Por fim, analisar-se-á a potencialidade das políticas públicas culturais na geração de emprego e renda no município de Vitória da Conquista – BA.

3.1 Aspectos Históricos de Vitória da Conquista/BA

Situada na região sudoeste da Bahia e ocupando uma área equivalente a 3.356.886 Km², Vitória da Conquista é o terceiro maior município em população com um contingente estimado para 2012 de 315.884 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2010). O fato de se localizar entre entroncamentos rodoviários é um dos fatores que lhe concede vantagens importantes em relação a outros municípios baianos. A BR 116, rodovia que interliga o norte ao sul do país, passa pelo município de vitória da Conquista/BA favorecendo tanto o escoamento quanto a chegada de bens de produção, além de promover um grande fluxo de carros e caminhões que beneficiam sobremaneira os setores de comércio e serviço nas proximidades da rodovia e, conseqüentemente, beneficiando toda a cidade.

Também corta o município a BA 262, ligando Vitória da Conquista com o leste e o oeste da Bahia, com extensão ao centro-oeste do Brasil; por fim a BA 415, permitindo acesso tanto ao litoral sul do Estado, quanto à BR 101. Segundo Ferraz (2001, p. 21), o fato de estar posicionada entre vias importantes traz influências favoráveis ao desenvolvimento econômico do município, pois assim, ele passa a se configurar como “eixo de circulação no Estado da Bahia e também de ponto de articulação entre a região nordestina e o centro-sul brasileiro”.

Fazendo um resgate histórico do município, em 1891, a Vila Imperial da Vitória muda sua classificação para cidade. Em menos de trinta anos desde a sua elevação de categoria, já era considerada como cidade grande. Neste período, dezesseis distritos compunham a área total do município. Passou a se destacar na região em função do comércio

pecuário e agrícola, atendendo tanto a demanda interna quanto aos municípios vizinhos. (IBGE, 2010)

Mesmo antes de sua emancipação política no período acima destacado, o comércio da região já era bastante representativo. A década de 1940 foi um marco importante para o início de uma pujança econômica mais vigorosa que a apresentada até este período. Segundo o IBGE (2010), a construção da estrada que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa beneficiou expressivamente o comércio, por conseguinte, o crescimento populacional. Medeiros (1977 apud FERRAZ, 2001) relata que a década de quarenta do século XX é o ponto de referência para explicar o processo de desenvolvimento a partir de então.

Em 1963 foi realizada a inauguração oficial da BR 116, conhecida como Rio – Bahia, favorecendo ainda mais o comércio conquistense. Contudo, é válido ressaltar que desde 1940, esta via já era utilizada fortemente, contribuindo para impulsionar a economia do município. Seja para o escoamento da produção de grãos e a comercialização de vários produtos, seja para o traslado de viajantes e bens de capital. Consolidando-se como potencia regional, Vitória da Conquista – BA passou a atrair cada vez mais gente das mais diversas regiões da Bahia, inclusive de outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Sergipe e Pernambuco, que buscavam melhores condições de vida. (IBGE, 2010)

Outro fato importante que marca a história de Vitória da Conquista – BA se deu na década de 1970, quando o governo federal direcionou vultosos recursos para a região, a fim de aumentar a produção de café. Trata-se do Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, que incentivou sobremaneira a produção de café não só em Vitória da Conquista, mas também em cidades como Poções, Planalto e Barra do Choça. (IBGE, 2010a)

No entanto, devido à disseminação da cultura do café na região apoiado pelo governo federal, como exposto acima, nem todos os produtores rurais foram beneficiados com a política. As transformações ocorridas na região após o Plano foram, de fato, expressivas para um grande contingente de pessoas que se utilizavam da terra para suprir suas necessidades de subsistência, como traz o trecho abaixo:

Antigos pequenos proprietários, posseiros e “agregados” [ou simples “moradores” de fazendas], que antes se ocupavam com lavoura de subsistência, produzindo em regime familiar, foram desalojados da terra: pela compra de suas propriedades ou posses, pela expulsão, pela exigência que o comprador fazia ao vendedor de uma “fazenda” tradicional de receber a propriedade “livre e desocupada de moradores, agregados ou trabalhadores”. A consequência é que muitos trabalhadores deixaram de produzir para si mesmos, com as suas famílias, foram expulsos da terra, e

passaram a trabalhar para o “fazendeiro do café”. (SILVA; PIRES; SOUZA, 1987, p. 4 apud FERRAZ, 2001, p. 34)

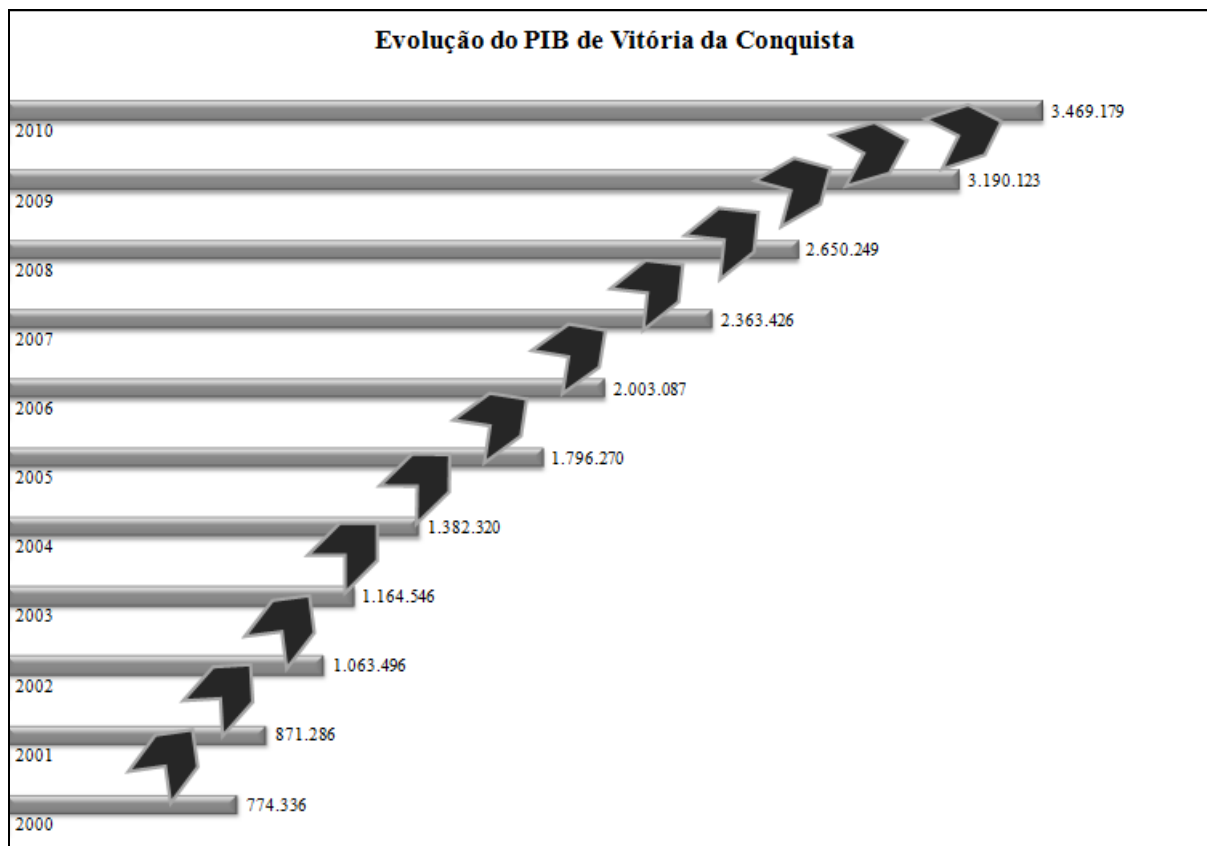
A crise que atingiu a cultura cafeeira no final da década de 1980 deu maior visibilidade ao setor de serviços a ponto de na década seguinte já se configurar como polo no seguimento. O comércio, outro setor característico e de forte representação na economia conquistense, juntamente com os serviços fazem com que o município se torne um dos mais importantes da Bahia (IBGE, 2010). Para Almas (2009) esse fato se deve a oferta variada de serviços e o crescimento constante do comércio, ambos se mostrando atrativos importantes para indivíduos de outras regiões, caracterizando como fator dinamizador da economia local.

3.2 Análise Econômica de Vitória da Conquista/BA

Vitória da Conquista/BA é uma das cidades baianas mais dinâmicas no processo de crescimento econômico, e o setor de serviços é a peça central para impulsionar este crescimento. A cada ano o município atrai mais pessoas, sejam estudantes que buscam as diversas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio ou superior; sejam por empresários e investidores de todos os cantos do Brasil, levados pelas oportunidades de negócio, bem como sua grande área de influência na região.

A conotação tomada pelo município dentro do cenário econômico baiano justifica-se pelos índices econômicos crescentes apresentados no decorrer dos anos. Fazendo uma análise comparativa em números absolutos do PIB referente ao ano de 2000 em relação a 2010, conforme mostra gráfico a seguir, o percentual de crescimento foi de aproximadamente 448%. Para se ter um parâmetro de comparação, Salvador/BA teve crescimento em igual período de 299,5%, e Feira de Santana, segundo maior município da Bahia, apresentou crescimento de 436,6%. Este dado auxilia na comprovação do potencial econômico que Vitória da Conquista – BA apresentou neste recorte temporal. O Gráfico 1 mostra a evolução do PIB no período. (IBGE, 2010)

Gráfico 1 – Evolução do PIB de Vitória da Conquista/BA entre 2000-2010 (R\$ 1.000)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE 2010

Apesar do expressivo crescimento do PIB municipal apreciado dentro do período exposto no gráfico acima, segundo Almas e Longuinhas (2011, p. 8), no que concerne “à representatividade da economia de Vitória da Conquista no âmbito do Estado da Bahia, o município ocupava em 2007 a 7ª posição num universo de 417 municípios”, com uma tímida “participação de 2,16% no PIB baiano”.

Um dado mais atualizado em relação ao posicionamento da economia de Vitória da Conquista mostra que o município subiu uma posição. De acordo com a Prefeitura municipal de Vitória da Conquista – PMVC, no ano de 2009 o município se tornou a 6ª maior economia baiana, com uma participação de 2,29% no PIB do Estado. A sua frente estavam: a cidade de Candeias, com 2,35%, a que se deve principalmente à produção de petróleo e gás natural; Feira de Santana, graças à sua posição estratégica que a condiciona como entreposto comercial em função do entroncamento das principais rodovias federais e estaduais, contribuindo com 4,64%; em seguida vem São Francisco do Conde, em função do refino de petróleo, com 8,34%; Camaçari, voltada principalmente para a indústria de transformação,

com 8,87; e por fim, Salvador que, além de ser a capital, é o principal polo de serviço do Estado, sua participação no PIB é de 23,95%. (PMVC, 2012)

Ainda de acordo com a PMVC (2012) os investimentos públicos se mostraram importantes para contribuir no incremento do PIB municipal, sendo responsáveis por aproximadamente 14% no ano de 2009. É ressaltado ainda que os investimentos públicos no município apresentaram crescimento em torno de 300% entre os anos de 1999 e 2009, passando de R\$ 106,8 milhões para quase R\$ 434 milhões. Destaca-se também que em 2011, boa parte dos recursos públicos foram direcionados aos setores de saúde e educação, juntos somaram R\$ 200 milhões.

Conforme Almas e Longuinhas (2011), é mister ressaltar que mesmo com uma participação relativamente baixa de Vitória da Conquista em relação ao PIB da Bahia, quando comparado aos demais municípios do Nordeste, no total de 1.793, Vitória da Conquista se encontra na 21ª posição no que se trata do tamanho do PIB. E entre os 20 que estão à sua frente, nove destes são capitais, fazendo com que se eleve o prestígio de Vitória da Conquista no cenário econômico nordestino.

Conforme as evidências até aqui apresentadas, cabe uma indagação bastante pertinente: de onde provem o mecanismo de pujança econômica de Vitória da Conquista? Uma análise mais acurada dos fatores incidentes na composição do PIB conquistense permitiu obter elementos que possam responder a questão acima levantada. Para tanto, recorreu-se ao IBGE, que apontou o papel do setor de serviços como forte contributivo para os crescentes índices do PIB. Almas (2009) evidencia a educação, sobretudo o ensino superior, a saúde e comércio como vetores importante para a pujança apresentada pelo setor de serviços.

O setor agrícola por muitos anos concentrou a maior fonte de riqueza do município, principalmente com o café. Como já relatado anteriormente, a importância da cultura cafeeira na década de 1970 tomou proporções ainda maiores após o incremento de recursos do governo federal para aumentar o cultivo do produto. (IBGE, 2010)

Após a crise do café no final da década de 80 do século XX — conforme também discutido no tópico anterior — o setor de serviço ganha maior visibilidade e representatividade na dinâmica da economia de Vitória da Conquista/BA. Na Tabela 2 verifica-se o grau de evolução da participação dos serviços no PIB entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 2 – Participação do Setor de Serviços no PIB de Vitória da Conquista/BA 2000/2010 (R\$) (%)

Ano	PIB (R\$ 1.000) (a)	Serviço (R\$ 1.000) (b)	Percentual % [(b/a) *100]
2000	774.336	532.790	68,81
2001	871.286	595.992	68,40
2002	1.063.496	725.645	68,23
2003	1.164.546	806.593	69,26
2004	1.382.320	976.192	70,62
2005	1.796.270	1.232.137	68,59
2006	2.003.087	1.369.485	68,37
2007	2.363.426	1.673.054	70,79
2008	2.650.249	1.868.957	70,52
2009	3.190.123	2.229.364	69,88
2010	3.469.179	2.363.537	68,13

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE - 2010

Nota-se que o percentual da participação dos serviços se manteve estável dentro do período analisado. Isso demonstra que o crescimento do setor foi diretamente proporcional a evolução do PIB. Dessa forma, pode-se observar que é patente a contribuição do seguimento de serviços para a alavancagem do PIB de Vitória da Conquista no período analisado. Entre 2000 e 2010 o setor cresceu 446%, com média anual de aproximadamente 40,5%.

No que concerne a geração de emprego e renda, segundo dados da Relação Anual de Informações sociais – RAIS de 2010, o setor é responsável por gerar em torno de 56,5 mil empregos, representando um percentual de 33% do total de empregos (PMVC, 2012). Este dado reforça ainda mais a importância que o setor de serviços possui como dinamizador da economia local.

Em virtude da relevância comprovada que os serviços assumem em Vitória da Conquista, faz-se necessário uma abordagem mais conceitual do setor, principalmente para facilitar a compreensão em relação à amplitude do tema. Para Sandroni (2004 apud ALMAS, 2009) a divisão das atividades produtivas se estabelece da seguinte maneira: primário (agropecuária e extrativa); secundário (industrial) e terciário. Este último refere-se às atividades voltadas para o setor de serviços, como: transporte, bancos, comércio, educação, saúde, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto e administração pública.

Na perspectiva dos serviços, de acordo a definição colocada, o comércio merece destaque em função da sua forte contribuição para o dinamismo da economia de Vitória da Conquista. Como já visto no tópico anterior, o comércio foi um dos vetores para o desenvolvimento da economia do município muito antes da sua emancipação política. No entanto, após a construção da estrada que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa, em 1940, bem como a BR 116 inaugurada em 1963 contribuíram sobremaneira para a pujança do comércio conquistense.

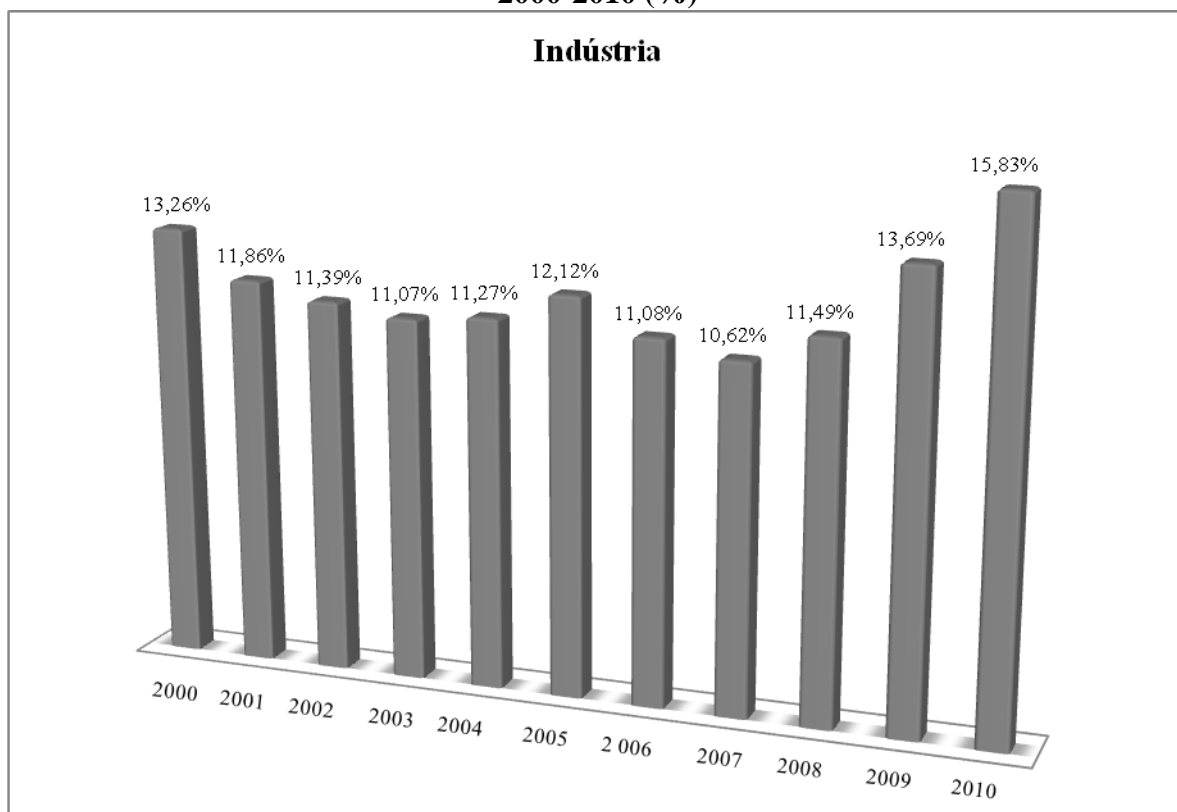
Na área da educação, em especial o ensino superior, foram multiplicadas as vagas disponíveis nos últimos anos através das instituições presentes na cidade. Além da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB estão instaladas mais três faculdades particulares: Faculdade Juvêncio Terra, Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR. Em um passado mais recente, o número de instituições de ensino superior teve acréscimo de mais duas universidades públicas (o campus da Universidade Federal da Bahia – UFBA e Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA).

A saúde também merece destaque no seguimento de serviços prestados na cidade. A municipalização da referida área se constituiu passo fundamental para que Vitória da Conquista sobressaia-se na região em relação aos serviços na área da saúde. O município é reconhecido pelo Ministério da Saúde como um dos melhores sistemas de saúde localizado no Estado da Bahia. (ALMAS, 2009)

O espaço até aqui reservado para o setor de serviços justifica-se por também ser o seguimento o qual se enquadram as atividades culturais, tendo em vista que o objetivo fim deste trabalho se resguarda no levantamento de dados que comprovem (ou não) o potencial das atividades que compõem o campo da Economia da Cultura na geração de emprego e renda. Todavia, é válido mencionar que essa questão será mais bem abordada nos tópicos seguintes deste estudo.

O seguimento industrial apresentou pequenas oscilações quanto a sua representação no PIB municipal. O gráfico 2 exposto a seguir, permite avaliar melhor esta questão. O percentual de participação da indústria aumentou apenas 2,57% quando se comparam os pontos extremos do gráfico. Em 2007 sua participação foi a menor entre os anos avaliados, com apenas 10,62%.

Gráfico 2 - Participação do Setor Industrial no PIB de Vitória da Conquista – 2000-2010 (%)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE (2010)

Todavia, sua melhor contribuição ocorreu em 2010, quando as atividades do setor industrial geraram por volta de R\$ 550 milhões, atingindo o percentual de 15,83% na composição do PIB de Vitória da Conquista – BA, conforme revelam dados do IBGE (2010) ilustrados no Gráfico 2.

Tomando como base os aspectos até aqui mostrados, Vitória da Conquista se tornou ao longo dos anos uma potência econômica regional, sendo a principal cidade do Sudoeste da Bahia. De acordo com um estudo realizado pelo IBGE no ano de 2007, em que foram mensuradas as regiões de influências dos municípios brasileiros, Vitória da Conquista – BA apresentou uma área de abrangência de 97 municípios. O total da população dessa área se estabeleceu em 2.121.638 pessoas. O estudo também trouxe o PIB total gerado pela região de influência do município baiano ultrapassando o valor de R\$ 7,4 bilhões de reais. (IBGE, 2007)

Foi abordado no início deste capítulo que desde 1940, Vitória da Conquista já se configurava como potencial regional, passando a atrair pessoas das regiões Sudeste, Centro-oeste e também do Nordeste. Os fatores de atratividade aumentaram consideravelmente, em

especial os setores elencados neste tópico. Essa realidade também é verificada nos dias atuais, possivelmente com uma velocidade ainda maior. A cidade continua a atrair indivíduos de vários cantos do Brasil e do mundo, enriquecendo a cultura e auxiliando a potencializar a economia.

3.3 Políticas públicas voltadas ao setor cultural em Vitória da Conquista no período entre 2003-2012

O objetivo dessa seção é apresentar algumas das principais ações públicas voltadas para incentivar e promover a cultura em suas mais diversas faces no município de Vitória da Conquista – BA. Parte do capítulo 1 deste estudo foi reservado para apresentar as diferentes perspectivas dos autores na tentativa de conceituar o termo “cultura”. As discussões que permearam o tema foram variadas e exigiram reflexões bastante particulares quanto às visões de cada autor, tendo em vista o contexto histórico em que viveram e as correntes de ideias que porventura provocaram algum tipo de influência nas suas definições sobre o termo cultura.

Para auxiliar na construção deste tópico, recorrer-se-á às concepções de Silva e Silva (2006) ao tratarem a cultura como tudo que é produzido pela humanidade, seja no campo material ou imaterial. Completam o conceito afirmando que todo complexo de conhecimento e habilidade humana empregada socialmente, é cultura. É justamente sobre o poder que o homem tem em transformar a natureza de maneira a serem atendidas as suas necessidades e anseios, que aqui será tratada a cultura.

Assim, observa-se que cada povo tem sua história, suas crenças, seu modo de viver e de relacionarem com os semelhantes. E quando pessoas de vários povos, carregadas de características inerentes a estes, se juntam em um mesmo lugar, dar-se uma multiplicidade de costumes e habilidades que engrandecem e enriquecem a cultura, seja de um vilarejo ou um país. No Brasil essas questões são facilmente observadas por tratar-se de uma nação que recebeu (e recebe) indivíduos de vários cantos do mundo, trazendo consigo uma riqueza cultural inestimável. Salienta-se também, a diversidade cultural existente nas próprias regiões brasileiras, cunhado nas pessoas que transitam por estas, carregando suas respectivas identidades culturais.

Vitória da Conquista não foge a esse contexto. Os fatores de atratividade descritos neste estudo trouxeram para Vitória da Conquista, ao longo da sua história, um grande contingente de indivíduos, tanto das regiões brasileiras quanto de outros países.

Com uma população que já ultrapassa os 300 mil habitantes (IBGE, 2010), parte desta é composta por pessoas que vieram em busca de melhores condições de vida. Para tanto, utilizam ou sistema educacional (escolas, faculdades, universidades, cursos preparatórios, e outros), ou os mecanismos empregatícios, no intuito de conseguirem boas colocações no mercado; enfim, as razões podem ser inúmeras, não cabendo a este estudo listar todas, mas os dados refletem justamente os fatores de atratividade tratados acima.

Dessa forma, surgem enormes desafios para o poder público de Vitória da Conquista que instigam uma reflexão mais acurada. Tratando especificamente do setor da cultura, como planejar e executar políticas que venham a atender os anseios de uma população altamente multicultural? Será justamente sobre tal situação que se debruçaram os esforços para elencar algumas dessas políticas e seus possíveis efeitos ocorridos no município entre os anos de 2003 e 2012.

O recorte temporal a que se dedica esta seção compreende um período marcado por importantes ações públicas voltadas ao setor cultural. Passaram pelo comando da prefeitura os dirigentes José Raimundo Fontes (2002 – 2004) e (2005 – 2008); e Guilherme Meneses (2009 – 2012).

No capítulo 1 foram expostas as visões de diversos autores que contribuíram tanto para conceituar, quanto apresentar a origem dos estudos sobre a Economia da Cultura. Desta maneira, pode-se perfeitamente embasar as análises realizadas neste tópico contextualizando o município de Vitória da Conquista – BA, aos aspectos que definem a Economia da Cultura.

Além das características já evidenciadas de Vitória da Conquista que a fizeram alcançar a 6ª posição no ranking das maiores economias do Estado (PMVC, 2012), ou por estar entre os 21 maiores PIBs do Nordeste do Brasil (ALMAS; LONGUINHOS, 2010); o município vem se destacando também no setor da cultura. Várias ações públicas voltadas para dinamizar o setor cultural, ocorrem na cidade entre os anos 2003 e 2012, beneficiando uma série de setores, inclusive o econômico. É exatamente neste momento que a Economia da Cultura tem seu papel evidenciado, através dos eventos e comemorações que mobilizam diversas pessoas sejam da própria cidade, ou de outros recantos regionais.

É pertinente destacar que o foco dado a este trabalho se estende apenas às manifestações culturais promovidas pelo setor público, ou seja, através das políticas de âmbito municipal ou suas esferas superiores. Deste modo, não serão objetos deste estudo os eventos encabeçados por entidades privadas de quaisquer naturezas.

Ao se estudar as políticas públicas de cunho cultural, é possível levantar ao menos uma questão: Qual o objetivo dos órgãos públicos ao promoverem eventos em praças abertas,

ou outros ambientes, em que todos tenham livre acesso, sem que haja uma efetiva contrapartida financeira? Duas palavras podem ser entendidas como suficientes para contemplar o objetivo da pergunta: Democratização cultural. Esta foi uma das metas evidenciadas, por exemplo, na Emenda Constitucional 48, que possibilitou a implantação do Plano Nacional de Cultura - PNC, em 2005.

Não se descarta a possibilidade de fatos pontuais com objetivos parecidos aos contemplados no PNC tenham acontecido nos âmbitos federais, estaduais ou municipais em períodos anteriores. No entanto, foi através da obrigatoriedade de uma lei que a democratização dos bens culturais passou a fazer parte da pauta do Estado. Voltando ao questionamento levantado no parágrafo anterior e remetendo-o ao cenário conquistense, pode-se afirmar que este é também, a razão do setor público de Vitória da Conquista realizar os eventos culturais. É válido ressaltar que, apesar de haver políticas públicas culturais no município, nenhuma delas foi institucionalizada, ou seja, não se tratam de políticas de Estado.

Há outro fator extremamente relevante presente tanto na definição dos objetivos do PNC, em 2005, quanto nas ações diretas envolvendo a Economia da Cultura. Trata-se do potencial de geração de emprego e renda para a população. Sobre estes aspectos, Diniz (2008), ao apresentar suas concepções a respeito da Economia da Cultura, estabelece a necessidade de utilizar os aparatos da economia para averiguar a representatividade econômica do setor cultural, tomando como fatores principais o potencial gerador de emprego e renda. Todavia, apesar de ser esta uma das avaliações centrais deste estudo, caberá ao tópico seguinte trabalhar com mais detalhes esta questão envolvendo o município de Vitória da Conquista.

Antes de continuar a discussão e apresentação das políticas públicas de fomento a cultura em Vitória da Conquista, é imprescindível destacar que algumas dificuldades foram encontradas para a definição de datas precisas dos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal, isso impediu uma análise mais meticulosa dos fatos. Mesmo tendo buscado os dados e informações nas fontes municipais competentes, como a Secretaria Municipal de Cultura e o Arquivo Municipal não foi possível precisar algumas datas em virtude da ausência de informações oficiais de alguns projetos tendo em vista que não há nenhuma sistematização dos eventos.

Um dos projetos que atendem a ideia de democratizar a cultura é denominado “Domingos por Encantos”. O objetivo deste projeto é levar aos bairros de Vitória da Conquista atividades de cunho artístico, como: dança, teatro, poesia, música, dentre outras. Englobam também práticas esportivas, bem como o incentivo tanto a leitura como a educação

ambiental. O público principal atingido por este plano são crianças e jovens residentes nos bairros contemplados pelo projeto. Além da comunidade envolvida, são necessários profissionais habilitados nas mencionadas áreas. (PMVC, 2013)

Destaca-se também o projeto “Fechando o Beco”, evento realizado na Travessa Zumiro Nunes, em pleno centro da cidade, sempre as sextas e sábados. Os frequentadores desfrutavam de músicas tocadas e cantadas por artistas locais, além das atividades paralelas que ocorriam, como gastronomia, artesanatos, brechó, bazar beneficente, livros e exposições. É patente o envolvimento de profissionais e artistas que aproveitam o projeto tanto para divulgarem seus respectivos trabalhos quanto aumentar suas rendas através do comércio dos produtos e prestação dos serviços lá oferecidos. (PMVC, 2013)

Na parceria realizada entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – PMVC e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, nasceu no ano de 2004 um importante projeto difusor da sétima arte. A “Mostra de Cinema Conquista” tem como objetivo a exibição de filmes nacionais e estrangeiros, de curta e longa metragem. No mesmo período ocorrem oficinas e seminários direcionados para estudantes de cinema e demais entes da sociedade que se interessem pelos temas propostos. Percebe-se neste projeto o interesse municipal (e estadual através da UESB) em valorizar a questão da democratização dos bens culturais, uma vez que o projeto acontece tanto no Centro de Cultura Camilo Jesus Lima como em diversas praças da cidade, aberto a toda a sociedade e de maneira gratuita. (PMVC, 2013)

O “Tom da Terça e Por isso é que eu canto” são projetos também abertos ao público em geral, tendo como objetivo destacado pelos organismos promotores, dinamizar o cenário da cultura de Vitória da Conquista, uma vez que os artistas podem mostrar seus trabalhos. Ambos acontecem na Praça Nove de Novembro, no centro da cidade. (PMVC, 2013)

Convém pontuar que as políticas públicas materializadas nos projetos até aqui mencionados, apesar de atenderem tanto a questão da democratização e valorização da cultura local quanto aos aspectos que definem a Economia da Cultura, atinge um número relativamente pequeno de pessoas. Seja dos profissionais que personificam a cultura através dos seus trabalhos, seja da população que presencia. (PMVC, 2013)

Em uma perspectiva diferenciada e com uma abrangência muito maior que os eventos acima citados, o “Forró Pé de Serra do Periperi” movimenta a cidade e regiões circunvizinhas, possibilitando que a população e visitantes usufruam de um evento que preza pela cultura nordestina. De acordo ao objetivo expresso no material de divulgação dirigido a

população, o projeto visa a valorização da cultura popular, bem como recuperação das tradições características dos festejos juninos. (PMVC, 2013)

A primeira edição do “Forró Pé de Serra do Periperi” foi no ano de 2009. A partir de então, as ações se prosseguiram no decorrer dos anos seguintes e passou a contar com um número cada vez maior de indivíduos participantes. Artistas locais e regionais realizam apresentações na Praça Barão do Rio Branco, no centro da cidade. A diversidade cultural faz parte da proposta do evento. Vai desde as artes expressas por meio das quadrilhas juninas e da música; a cultura popular presente nas feiras artesanais, na literatura de cordel; as comidas típicas, possibilitando a indivíduos de diferentes gerações poderem apreciar as peculiaridades da gastronomia caracteristicamente nordestina; enfim, tudo confluindo para o afloramento cultural. (PMVC, 2013)

Outro projeto de amplas dimensões é o “Natal da Cidade”, tanto no aspecto cultural quanto econômico. Em relação a este último, o tópico seguinte deste capítulo se encarregará de tratar com maiores detalhes os efeitos multiplicadores de projetos deste porte, principalmente no que compete ao potencial de gerar emprego e renda no município. Assim, reserva-se a esta seção apontar os aspectos de cunho qualitativo e as manifestações culturais que permeiam os eventos supracitados. (PMVC, 2013)

Apesar de ser um projeto iniciado em 1997, criado na gestão do prefeito Guilherme Meneses, foi na década seguinte que o “Natal da Cidade” tomou proporções mais ampliadas, como aponta o atual secretário de cultura do município, Gildelson Felício³, já em seu terceiro mandato. Segundo este, os anos de 2011 e 2012 foram os períodos de maiores aportes de recursos do município para promover o evento, e um número bem superior de pessoas envolvidas nas ações diretas e indiretas do projeto.

Somente em 2011, foram gerados 77 empregos diretos na realização do evento. Também foram contabilizadas 29 empresas que atenderam a demanda de produtos e serviços criada pelo “Natal da Cidade” deste ano. A secretaria não tem contabilizado o número de empregos indiretos que foram gerados. Ainda conforme relato do secretário Gildelson Felício, são disponibilizados em média de 80 pontos comerciais a cada ano para que as pessoas possam comercializar bebidas e comidas nas áreas onde acontece o evento.

O “Natal da Cidade” é também caracterizado pela multiplicidade de expressões culturais e, principalmente, pelo resgate de tradições praticamente extirpadas da cidade como

³ Informações concedidas em reunião realizada na sede da secretaria de cultura do município, ocorrida no dia 06 de março de 2013.

é o caso dos ternos de reis e muitos outros aspectos da cultura popular, além de manter os aspectos comemorativos que envolvem os festejos natalinos. Composto a mescla cultural, por meio de editais, são selecionados grupos de danças e teatro que se apresentam nas praças e espaços destinadas ao evento.

Outro evento cultural promovido pelo município é o “Festival da Juventude”. A primeira edição ocorreu em 2012, com foco principal na grande massa de jovens que residem na cidade, atraídos pelas instituições de ensino, principalmente superior. Reflexo de uma característica evidenciada nos eventos promovidos pelo setor público, o evento conta com uma expressiva diversidade cultural. Com o tema “Fazer parte em toda parte” foram realizados diversos debates sobre temas variados, mas que tinham o jovem como fator comum. (PMVC, 2013)

O evento contou também com palestras, encontros de movimento sociais, apresentações musicais com artistas regionais e nacionais, além de apresentações de teatro e dança, houve também modalidades esportivas. A boa receptividade do evento possibilitou sua continuidade já com a programação da 2ª edição realizada em 2013. A promoção da democratização cultural mantém-se presente, sendo fator marcante, apresentado aspectos que fazem parte do campo de estudo da Economia da Cultura. (PMVC, 2013)

Essas foram algumas das políticas públicas voltadas ao fomento da cultura no município de Vitória da Conquista – BA entre 2003 e 2012. Como já ressaltado, as limitações quanto ao levantamento de dados e informações foi algo evidenciado no momento de realizar as pesquisas. Por esta razão, há a possibilidade de algumas políticas relevantes no contexto em que sucederam não terem sido apresentadas. Todavia, como também já salientado, devido ao volume de recursos públicos envolvidos, bem como da participação popular e aglomeração de manifestações culturais, este estudo se propôs a analisar de maneira mais meticulosa, dentro do recorte temporal previamente estabelecido, os projetos “Natal da Cidade” e “Forró Pé de Serra do Periperi”.

3.4 Políticas públicas culturais e potencialidades na geração de emprego e renda no município de Vitória da Conquista

A análise a que se dedicará este tópico tem como foco principal apresentar elementos que venham a corroborar ou refutar a ideia de que as políticas públicas de promoção da cultura causam reflexos na geração de emprego e renda no município de Vitória da Conquista. O banco de dados que servirá de principal base para a investigação foi cedido pela Secretaria de Cultura de Vitória da Conquista, com informações referentes aos projetos “Natal da Cidade” e “Forró Pé de Serra do Periperi”, nos anos de 2011 e 2012.

Antes de iniciar uma abordagem mais específica, cabe um destaque que envolve todas as políticas públicas elencadas no tópico anterior, pelo fato de demonstrarem um importante ponto em comum: a necessidade de diversos profissionais para a realização de cada projeto. Obviamente que este não é o único fator comum, pois, verificam-se questões relacionadas a integração social, a mescla de atividades culturais, enfim, a pontos que confluem para uma mesma direção que é a democratização da cultura, como já discutido. Para tanto, é justamente a necessidade de demandar os profissionais, sendo estes elementos fundamentais para que os projetos ocorram que se apresenta como vetor de análise para este tópico.

Quando neste estudo foi trabalhado a origem e o conceito da Economia da Cultura, levantou-se uma discussão acerca do tratamento que passou a ser dado pelos economistas e pelo Estado às atividades culturais. Isso se deve em razão desse setor mostrar-se como forte vetor de geração de emprego e renda, e ainda por cima, tem a condição de abrir novas vertentes de análise para economia política. (MIGUEZ, 2008).

O próprio Ministério da Cultura relata o potencial contido nas ações que permeiam o setor cultural, principalmente pelo poder de incentivar o desenvolvimento econômico por meio da igualdade, tendo como consequência, o crescimento do país pautado na sustentabilidade. Sob essa mesma perspectiva, Reis (2009) também enaltece a Economia da Cultura como promotor de criação de emprego e ampliador da renda.

Desta forma, as atividades culturais sucedidas em Vitória da Conquista requerem uma avaliação criteriosa para identificar se de fato ocorreram os referidos efeitos empregatícios, bem como a ampliação da renda no município. Para tanto, será fundamental contextualizá-lo nas perspectivas que definem a Economia da Cultura como importante vetor de desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social.

Tal ponderação pode ser ancorada nos aspectos em comum que vigoraram no momento da realização dos projetos com teor cultural. A necessidade de mão de obra para compor as atividades que circundam um determinado evento é fator crucial para que este possa acontecer.

3.4.1. Projeto Forró Pé de Serra do Periperi

Serão utilizados como parâmetros de observação os projetos “Natal da Cidade” e “Forró Pé de Serra do Periperi”. Dada à limitação de dados e informações disponibilizados pela Secretaria de Cultura do município — devido ao fato do órgão responsável não ter de maneira documental e organizada os projetos escritos para que se pudesse avaliar com mais critério — não será possível trabalhar com todos os eventos. Este fato evidencia uma necessidade urgente da Secretaria de Cultura municipal em catalogar os projetos e demais arquivos dentro de padrões mínimos exigíveis de organização, facilitando assim o acesso a quem deseje analisá-los.

Ao observar que uma dada política de fomento a cultura é capaz de movimentar a economia de uma localidade, torna-se então, campo de estudo para a Economia da Cultura. Confrontando as relações percebidas entre a cultura e a economia através da análise dos projetos do “Natal da Cidade” e “Forró Pé de Serra do Periperi”, com os conceitos de Economia da Cultura, percebe-se que ambos os projetos são objetos de estudo deste novo campo da economia.

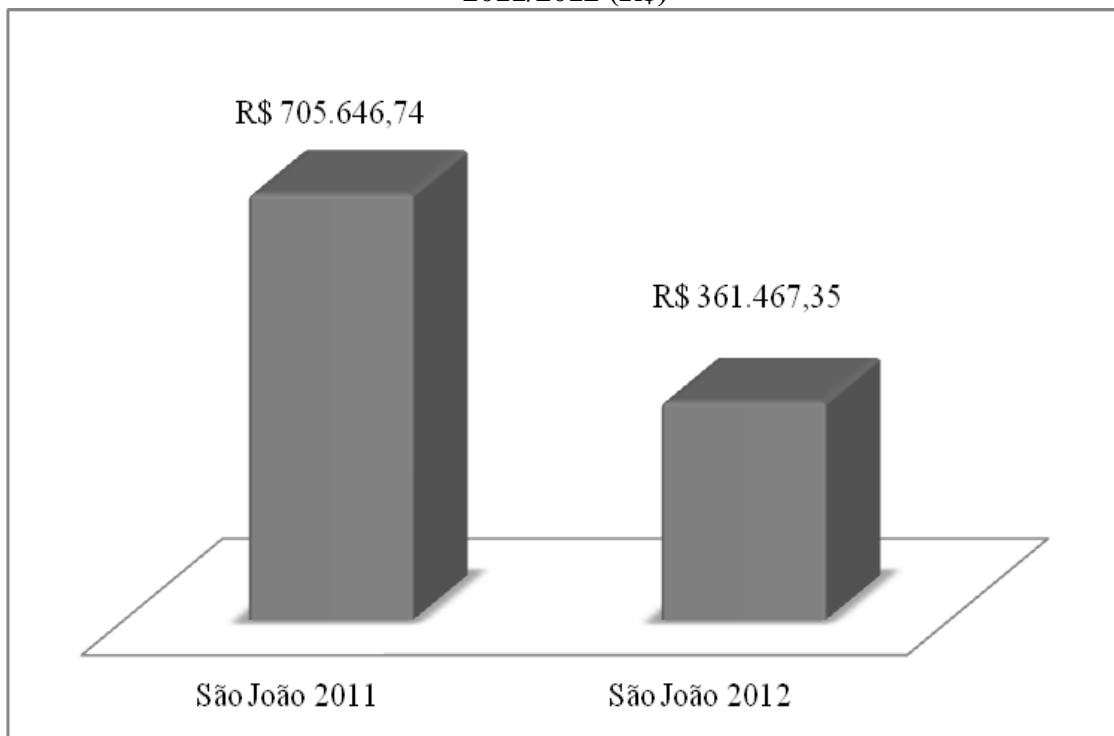
O projeto o qual se iniciarão as análises será o “Forró Pé de Serra do Periperi”, um dos eventos mais importantes que ocorreram no município entre os anos 2003 e 2012, principalmente por resgatar atividades culturais estritamente nordestinas que vinham sendo esquecidas pela população de modo geral e, também, pelas entidades públicas. A valorização da cultura regional é característica marcante deste projeto.

Além dos artistas que se apresentam nos palcos e praças da cidade, deve-se destacar também a gama de outras pessoas e setores que são demandados e incorporados no processo. Trata-se de profissionais contratados períodos antes para desempenhar funções diversas e fundamentais na realização dos eventos.

Dado o volume de recursos mobilizados para a realização do evento, cabe uma observação mais acurada sobre os direcionamentos destes recursos do ponto de vista da possibilidade de gerar empregos e incrementar a renda para a população local. O gráfico 3 a

seguir mostra o comparativo dos valores gastos com a realização dos festejos juninos em 2011 e 2012.

Gráfico 3 – Orçamento efetuado para realização do Forró Pé de Serra do Periperi 2011/2012 (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista – BA.

Verifica-se no gráfico 3 acima, uma retração no volume de recursos de um ano para outro. Isso pode se mostrar contraditório em um primeiro momento, afinal, umas das questões que foram discutidas neste estudo é justamente o ordenamento crescente das políticas culturais no município, em que estas demonstram a cada ano uma maior abrangência.

O motivo que impactou na redução dos recursos destinados à comemoração, foi a forte seca que acometeu 238 cidades do Estado da Bahia, sendo classificada como uma das piores dos últimos 30 anos. Por esta razão, dezessete municípios baianos reduziram a programação das festas juninas, inclusive Vitória da Conquista, conforme dados divulgados pelo jornal G1 Bahia (2012). Em função disto, o período dos festejos que vinha sendo em torno de 12 dias, como ocorrido em 2011, reduziu para menos da metade. Daí a retração em igual forma dos recursos direcionados ao São João entre os anos avaliados no gráfico.

Para que eventos deste nível aconteçam é requerido um número grande de profissionais dos mais diversos setores de atividades, bem como a necessidades de utensílios de naturezas variadas que contribuem com o comércio local, uma vez a grande maioria dos

produtos serem comprados em lojas da cidade. O setor terciário é fortemente acionado muito antes do evento acontecer através do comércio de mercadorias e da prestação de serviços.

De acordo aos dados cedidos pela Secretaria de Cultura municipal, foram classificados em cinco setores os quais foram destinados os recursos para realização do projeto, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Despesas com o “Forró Pé de Serra do Periperi” 2011 (R\$) (%)

Tipo de despesa	Valor (R\$)	Participação Percentual de cada tipo de despesa (%)
Serviços Diversos	265.582,39	37,6
Artistas Nacionais	217.307,00	30,8
Artistas Locais	146.600,00	20,8
Comércio	42.457,35	6,0
Premiações	33.700,00	4,8
Total	705.646,74	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista/BA.

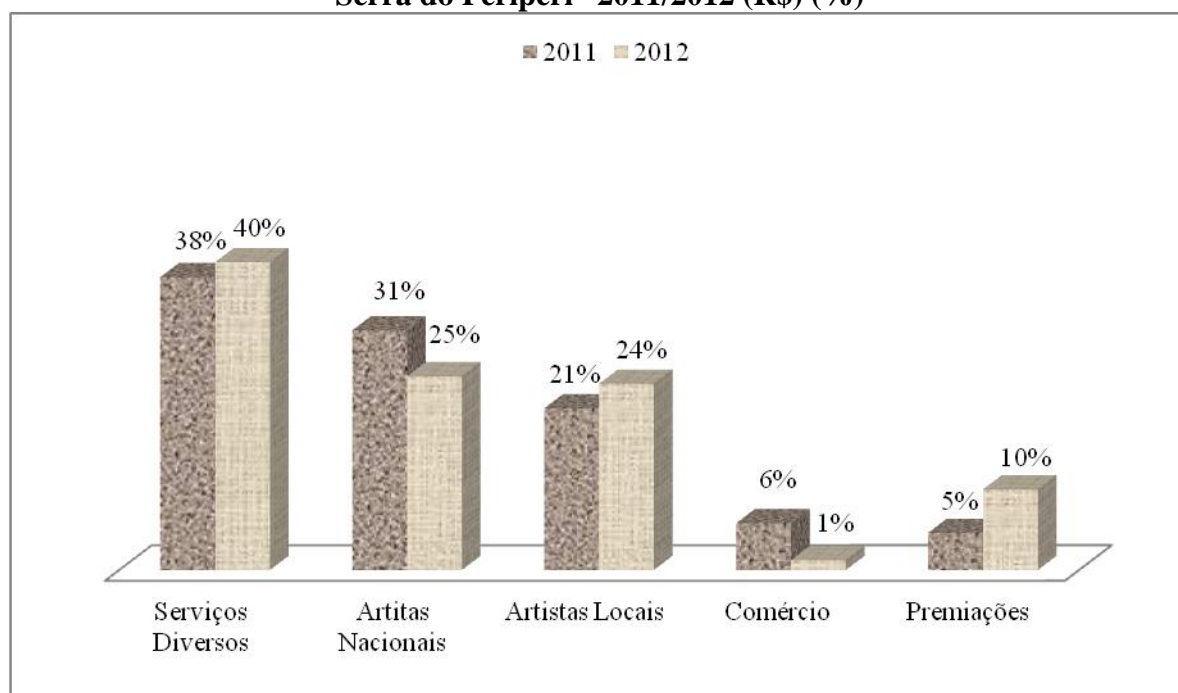
Observa-se na tabela 3 acima, que o percentual maior dos recursos foi direcionado ao setor classificado como Serviços Diversos, o equivalente a 37,6%. Neste setor foram enquadrados os profissionais de Vitória da Conquista/BA que prestaram serviços para a estruturação do evento, tais como: costureiras, eletricitas, cenógrafos, pedreiros, publicitários, motoristas, só para citar alguns que participaram da decoração das praças e demais locais em que ocorre o evento. Também foram incluídos neste percentual serviço do segmento hoteleiro e alimentício.

A categoria dos Artistas Nacionais refere-se aos profissionais da música conhecidos nacionalmente, tendo representação de 30,8% nos recursos do projeto em 2011. Foram classificados como Artistas Locais os profissionais da música, teatro e dança de Vitória da Conquista contratados para participaram do evento, com 20,8% dos recursos. Logo em seguida verifica-se o segmento de Comércio com 6,0%, representando as aquisições de materiais diversos que compunham a realização do evento com um todo no mercado local.

Concomitante a programação do “Forró Pé de Serra do Periperi”, ocorre uma série de atividades paralelas passíveis de premiações em dinheiro como o festival de forró, competição de quadrilhas juninas e ornamentação de ruas. Para estas, a participação no montante total dos recursos convertidos para o referido projeto foi de 4,8%.

A dinâmica da economia se intensifica na cidade nos períodos em que ocorrem os festejos, beneficiando também o comércio e até mesmo pequenas indústrias, como por exemplo, aquelas demandadas para a produção de camisas que servem de uniformes àqueles que trabalham dando suporte nos dias do evento. Em virtude da redução dos recursos empregados para a realização da quarta edição do “Forró Pé de Serra do Periperi” — pela razão já explicitada — os efeitos não foram verificados na mesma intensidade com que se deu em 2011. Mesmo assim, manteve-se a característica de demandar os serviços e produtos locais. O gráfico 4 abaixo mostra o percentual de distribuição dos recursos em cada ano frente às demandas de cada segmento.

Gráfico 4 – Comparativo dos gastos proporcionais com a realização do “Forró Pé de Serra do Periperi” 2011/2012 (R\$) (%)



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista/BA.

Observa-se no gráfico 4 que houve pequenas alterações quanto ao percentual de recursos destinados a cada grupo de gasto — tendo em vista que a análise é proporcional ao montante total de recursos em cada ano. No ano de 2012, mesmo com um volume de recurso inferior se comparado ao ano de 2011, foi direcionado proporcionalmente um percentual maior para a demanda de serviços diversos, contratação dos artistas da cidade e as premiações dos eventos promovidos no período do evento. Possivelmente em função do reaproveitamento de materiais de eventos anteriores, a demanda percentual para o comércio

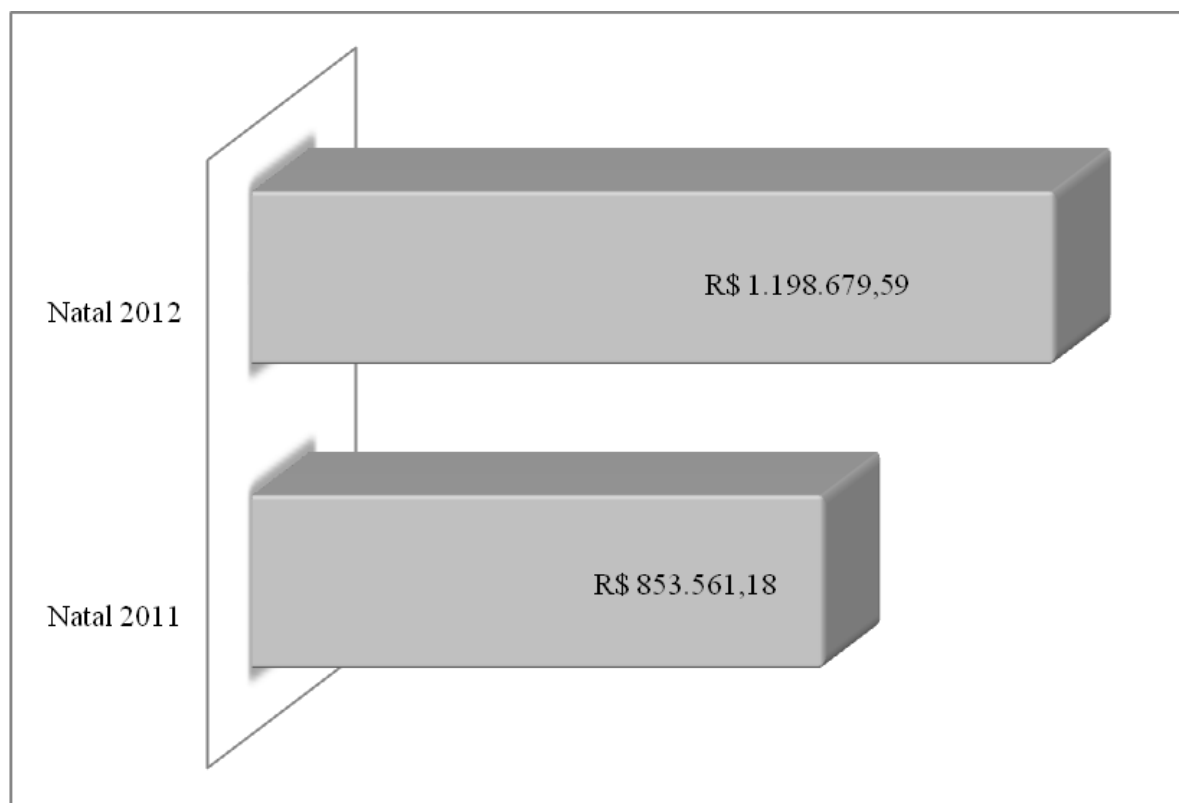
reduziu, como se vê no gráfico. Também a contratação de artistas de nível nacional foi menor em 2012.

3.4.2. Projeto Natal da Cidade

Se firmando como um dos principais eventos em Vitória da Conquista, o “Natal da Cidade” atrai a atenção pela mistura de ritmos e diversidade cultural. A importância desta política se evidencia tanto por sua representatividade no campo da cultura quanto pela condição de movimentar a economia do município. Diante ao envolvimento de ambos os setores (cultural e econômico), já se enquadram como vertentes de pesquisa para o campo da Economia da Cultura.

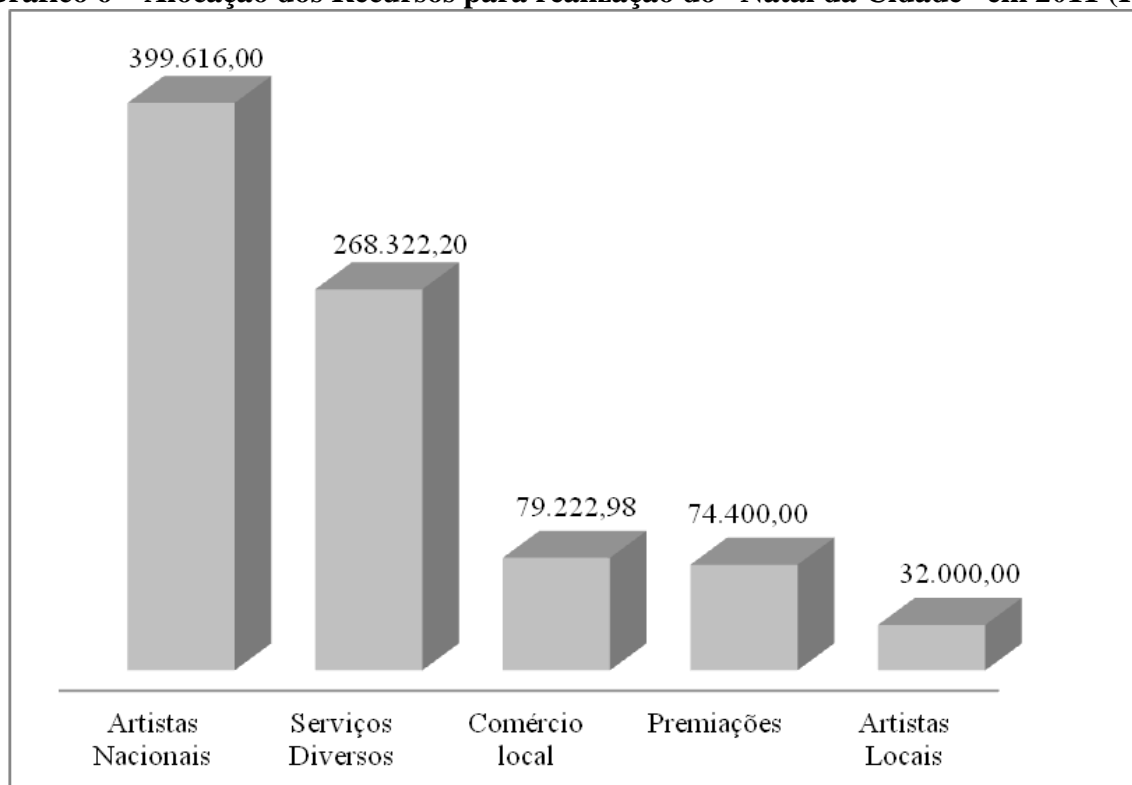
Conforme contribuição de Porse (2005 apud LIMA; FRANCA; MATTA, 2006) feita a este estudo, toda atividade econômica associada a manifestações com teor artístico e criativo de uma sociedade se configuram campo de estudo da Economia da Cultura. Desta forma, assim como o projeto “Forró Pé de Serra do Periperi”, também o “Natal da Cidade” possui elementos que o condicionam a ser averiguado por tal ótica.

O município de Vitória da Conquista vem se configurando como um importante centro cultural da região Sudoeste, e o projeto “Natal da Cidade” reforça esta característica. Analisando os dados cedidos pela Secretaria da Cultura municipal, observou-se uma evolução no volume de recursos entre os anos de 2011 e 2012, conforme mostra o gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 – Orçamento efetinado para realização do “Natal da Cidade” 2011-2012 (R\$)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista/BA.

Conforme o gráfico 5, o crescimento apresentado no período destacado foi de 28,79%. Avaliando este dado sob a ótica da Economia da Cultura, as atividades culturais, enquanto ações geradoras de emprego e renda foram ampliadas no ano de 2012 em relação ao ano anterior. Este fato se enquadrado no que foi analisado por Jeronimo (2007) e reforçado por Diniz, quando mencionado a necessidade de se utilizar das ferramentas econômicas para avaliar o setor cultural, tomando como base justamente a condição de gerar emprego e renda, assim como possibilidade de subsidiar as políticas públicas no campo da cultura. Os recursos investidos para a realização do projeto “Natal da Cidade” no ano de 2011 somaram R\$ 853.561,18 e foram distribuídos conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Alocação dos Recursos para realização do “Natal da Cidade” em 2011 (R\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista /BA.

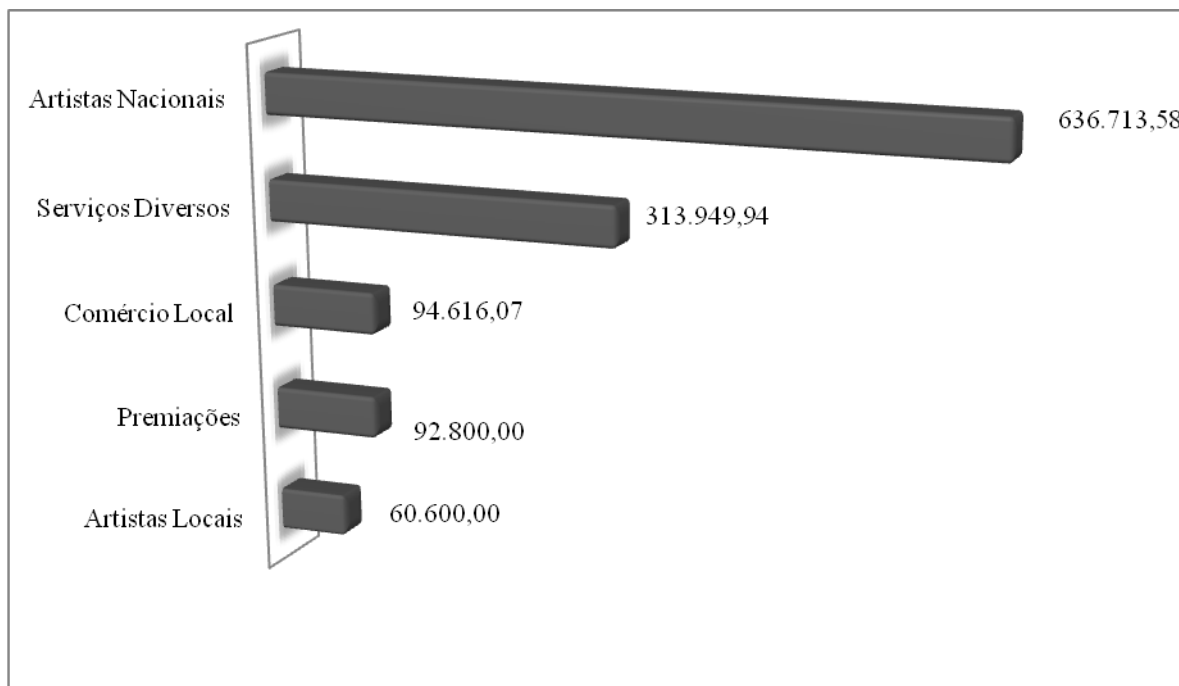
O maior volume de recursos foi alocado no segmento classificado como “Artistas Nacionais”. Nestes estão inclusos além dos respectivos cachês dos artistas, também o transporte aéreo por estes utilizados. Destaca-se que apesar deste segmento representar o maior percentual e, principalmente, pelo fato desta monta de recursos não permanecer no município, analisando de maneira estratégica, os artistas já consagrados no cenário musical brasileiro que se apresentou no “Natal da Cidade” se colocam como atrativos para que pessoas de outras regiões visitem a cidade, contribuindo para impulsionar a economia⁴.

Por mais que individualmente o segmento supracitado tenha representado o maior destino dos recursos, como se observa no gráfico 6, ao somar os valores correspondentes aos demais segmentos chega-se a um montante de R\$ 453.945,18, equivalendo a 53,2% do total da verba direcionada ao evento em 2011. Este dado é importante, pois se refere à injeção de recursos públicos direto na economia de Vitória da Conquista contribuindo para seu aquecimento.

⁴ Nos próximos parágrafos deste trabalho serão apresentados alguns dados que mostram a influência deste evento em específico para o incremento tanto no setor de comércio quanto de serviços da cidade.

Tendo em vista que os gastos com a realização do “Natal da Cidade” em 2012 foi aproximadamente 30% superior ao contabilizado no ano anterior, o gráfico 7 mostra qual o direcionamento dos recursos públicos utilizado para tanto.

Gráfico 7 – Alocação dos Recursos para realização do “Natal da Cidade” em 2012 (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista/BA.

Mantendo as mesmas características do “Forró Pé de Serra do Periperi” quanto à proporcionalidade do direcionamento dado aos gastos com a realização do evento, também o projeto “Natal da Cidade” em comparação aos anos avaliados neste estudo tiveram pequenas oscilações entre os segmentos.

Somando-se aos resultados favoráveis à dinâmica econômica da cidade, conforme relatório de ações do “Natal da Cidade” em 2012, o evento possibilitou um aumento de 10% nas vendas do comércio em comparação ao mesmo período do ano anterior. O setor hoteleiro contabilizou um aumento de 17% em comparação a outras épocas do ano. (PMVC, 2012)

Ainda conforme a PMVC (2012, p. 25), “o Natal da Cidade contribuiu para dinamizar o comércio popular”. A feira de Economia Solidária foi realizada em todos os espaços em que ocorreu o evento. Desta forma, “a iniciativa fomentou o trabalho desenvolvido por grupos e associações locais”, beneficiando cerca de 120 empreendedores.

A lei nº 1.733/2010 que estabelece o orçamento anual do município aprovou a estimativa de receita e fixou o total de despesas de Vitória da Conquista para o exercício de

2011. No que concerne ao ordenamento das despesas por órgão municipal, verificou-se que o valor estabelecido para a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer para o período de 2011 foi de R\$ 5.874.575,00. (BAHIA, 2010). Já a lei nº 1.803/2011 previu para 2012 um orçamento de despesas na ordem de 5.899.785,00. (BAHIA, 2012)

O número previsto pela lei orçamentária do município para as despesas da Secretaria no ano de 2011 foi confrontado com os valores direcionados aos festejos do *Natal da Cidade e Forró Pé de Serra do Periperi* do mesmo ano. Juntos os eventos somaram um valor de R\$ 1.559.207,92, representando um percentual de 26,5% das despesas previstas para o órgão. No ano de 2012, esse percentual aumentou para 29,8%, equivalendo ao montante de R\$ 1.560.146,94. Dentro do período avaliado, os referidos projetos movimentaram recursos públicos na ordem de R\$ 3.119.354,86.

Além do valor mencionado acima para a realização dos eventos “Forró Pé de Serra do Periperi” e “Natal da Cidade” no período avaliado, sendo este passível de ser contabilizado, há também uma gama de outras atividades que se beneficiam com a realização de eventos deste porte, que não são mensurados atualmente. Tratam-se aqui dos vendedores autônomos que montam suas barracas e comercializam produtos alimentícios, artesanais e bebidas de modo geral. Projetos culturais como os supracitados se tornam oportunidades de negócios para um grande número de pessoas que se utilizam destes para incrementar a renda mensal familiar.

Vitória da Conquista, através dos projetos culturais, apresenta elementos que a condicionam como viés de estudo da Economia da Cultura. E isto se reforça quando analisado sob a perspectiva dos eventos culturais propiciarem fatores que fortalecem a economia e promovem a inclusão social/cultural dos indivíduos de todas as classes sociais.

Conforme discutido no capítulo 2, quando tratou-se das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável do país utilizando a Economia da Cultura como vetor para tal fim, Vitória da Conquista demonstra por meio dos fatos até aqui apresentados que está concatenada aos objetivos do Ministério da Cultura, por exemplo, no que concerne a condição de gerar ações que podem sinalizar o incremento da renda e oportunidades de emprego para a população, bem como a promoção da democracia dos bens culturais.

CONCLUSÃO

Compreende-se por Economia da Cultura toda e qualquer atividade cultural que gere valor econômico. Nesta perspectiva, manifestações de cunho artístico-cultural de toda ordem como a exibição de um filme em salas de cinemas, comercialização de livros, eventos folclóricos, configuram-se como elementos de estudo para a Economia da Cultura.

As análises no campo da Economia da Cultura promoveram importantes mudanças de paradigmas, o que possibilitou um estreitamento entre as correntes do campo da cultura e da economia. Conforme apontou Tolila (2007), apesar de os grandes ícones da Ciência Econômica como Smith e Ricardo, entre outros, já mencionarem a cultura e a arte em seus estudos, o faziam sob uma perspectiva utópica ou meramente alusiva. O que antes havia eram conjecturas em um teor contemplativo por parte dos economistas em relação às obras de artes e a cultura.

Faz-se importante mencionar que mesmo de maneira pontual e incipiente já se observava algumas interações entre os campos da economia e cultura em alguns momentos históricos. Segundo Benhamou (1997 apud MIGUEZ, 2008), a submissão de alguns escritores do século XIX, na Europa, a lógica mercantil pode ser considerada um exemplo. No entanto, a partir de 1960, com o advento dos estudos sobre a Economia da Cultura, compreendeu-se que as relações entre as duas áreas possibilitavam análises muito mais profundas do que até então se faziam.

Um marco importante para o início dos estudos se deu com a intervenção mais direta do poder público no setor cultural a ponto de delegar aos pesquisadores Baumol e Bowen, já na segunda metade do século XX, o dever de apresentar as razões que levavam às restrições orçamentárias dos profissionais da cultura.

Segundo Valiati (2010, p.5), os pesquisadores acima citados pautaram-se nos ideais do *welfare state* e *welfare economics*, tendo em vista a função do Estado como provedor das “condições básicas para investimento, criação de trabalho, demanda e poder de compra” e os efeitos no âmbito social em função da busca ideal para alocação dos recursos por meio dos estudos econômicos. Contudo, o interesse de algumas correntes econômicas em relação à cultura se deu somente com a percepção de sua potencialidade em gerar emprego e renda por meio dos bens e serviços culturais.

Tendo em vista tais potencialidades da Economia da Cultura quanto à condição de dinamizar a economia do país, bem como o seu papel fundamental na democratização dos bens culturais a todos os estratos da sociedade, ela (Economia da Cultura) passou a

representar uma ferramenta crucial para alcançar o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social. Desta forma, o Estado passou a implementar políticas que contribuíssem para o atendimento das necessidades de cultura da população, de maneira que esta possa desfrutar das atividades culturais até pouco tempo restrita a classes sociais elitistas.

No âmbito do que compete os estudos sobre a Economia da Cultura, faz-se necessário diferenciá-la da Economia Criativa que, apesar de tratar também de aspectos relacionados a cultura, possui outros focos de análises que não são objetos de estudo neste trabalho. A Economia Criativa utiliza-se da cultura como meio de produção de bens e serviços com objetivo não cultural. Como exemplo de atividades abordadas pela Economia Criativa pode-se citar: a moda, publicidade, design, arquitetura, dentre outras.

Mediante as questões apresentadas e a relevância que se credita aos estudos sobre a Economia da Cultura, o cenário cultural compreendido entre os anos de 2003 a 2012, em Vitória da Conquista/BA mostra-se como ambiente adequado para uma análise mais acurada sobre o tema. Além da pujança econômica que a cidade vem apresentando nos últimos anos, se tornando uma das cidades mais dinâmicas no que diz respeito ao processo de crescimento econômico, Vitória da Conquista destaca-se também pelas iniciativas do poder público quanto aos eventos culturais promovidos na cidade decorrentes das políticas públicas de fomento a cultura e sua democratização.

No que tange as políticas públicas culturais - elemento de estudo da Economia da Cultura e objeto de análise deste trabalho - Vitória da Conquista apresentou diversas manifestações culturais abertas à população e incentivadas pelo poder público ao longo do período avaliado que mostram o compromisso em democratizar os bens culturais. Sobre tais políticas, um destaque maior foi dado neste estudo aos projetos "Natal da Cidade" e "Forró Pé de Serra do Periperi", devido a abrangência e diversidade cultural que ambos os eventos proporcionam.

Tendo aprofundado as análises nos projetos supracitados, utilizando como parâmetro dados cedidos pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da cidade, bem como outras fontes de pesquisas, foi possível chegar a evidências que fortalecem o papel da Economia da Cultura em Vitória da Conquista, por meio das políticas públicas de fomento cultural, como fator que exprime a possibilidade de gerar emprego e incremento de renda para a população. Sejam através dos bens e serviços demandados para realização dos eventos, sejam as atividades beneficiadas indiretamente, como o setor hoteleiro, comércio varejista de roupas e calçados, entre outras.

Para reforçar tal afirmativa, conforme apresentado neste estudo, o relatório de ações referente ao “Natal da Cidade” no ano de 2012, mostrou que houve um aumento de 10% nas vendas do comércio em relação ao mesmo período do ano anterior. Outro dado importante presente no relatório foi o aumento contabilizado pelo setor hoteleiro de Vitória da Conquista/BA em comparação aos demais períodos do ano, incremento de 17%. (PMVC, 2012).

O secretário de cultura do município Gildelson Felício destaca que os anos de 2011 e 2012 foram os períodos em que houve maior aporte de recursos para a realização dos eventos, desde sua primeira edição no ano de 1997. Também afirma que o número de pessoas envolvidas direta e indiretamente aumentou consideravelmente. Em 2011 foram gerados 77 empregos diretos somente para o período de preparação do “Natal da Cidade”, além da demanda criada por produtos e serviços para empresas locais, vinte e nove no total.

Outro ponto enfatizado pelo secretário foram as oportunidades de negócio geradas no momento em que ocorrem os eventos. Segundo o mesmo, em média são disponibilizados 80 pontos para aqueles que desejam comercializar comidas e bebidas diversas. Devido aos ainda incipientes estudos remetidos ao tema aqui abordado, não foi possível verificar a quantidade de outros pontos comerciais além dos cedidos pela prefeitura.

Conforme a PMVC (2012), o “Natal da Cidade” contribui de maneira importante para dinamizar o comércio popular. Por meio da feira de Economia solidária, presentes nas três praças em que ocorre o evento, 120 empreendedores foram diretamente beneficiados fomentando assim, o trabalho desenvolvido pelas associações de Vitória da Conquista/BA.

Assim posto, conforme os dados levantados junto à referida secretaria, bem como as fontes secundárias que apresentaram informações quanto aos efeitos mensurados dos projetos “Natal da Cidade” e “Forró Pé de Serra do Periperi”, fica comprovada o potencial das políticas públicas culturais em Vitória da Conquista/BA em influenciar na geração de emprego e renda.

Verifica-se até aqui que o potencial existe, todavia, é requerido do próprio poder público e também da sociedade em geral cada vez mais empenho naquilo que compete a estes. Para o primeiro, não adianta tão somente investir altas somas de recursos em eventos como os abordados neste estudo, é preciso averiguar se os objetivos previamente estabelecidos estão sendo alcançados a contento como, por exemplo, a democratização dos bens e serviços culturais a quem de fato não pode ter acesso. E o papel da sociedade é de fiscalizar e cobrar transparência e resultados assertivos quanto aos propósitos apresentados.

É imprescindível ressaltar os obstáculos encontrados para levantar informações e dados que permitissem uma análise ainda mais meticulosa dos fatos. Tais obstáculos se deram

em virtude da ausência de uma sistematização dos eventos por parte dos órgãos responsáveis, o que impossibilitou obter maior número de dados que corroborassem com a afirmação acima. No entanto, há de se destacar também que não é objetivo deste estudo abarcar todas as ações culturais promovidas na cidade, nem tampouco todos os efeitos. O interesse principal deste trabalho é servir de base introdutória para outros estudos que porventura possam ser incitados após a realização deste.

REFERÊNCIAS

- ALBAN, Marcus. O Novo Enigma Baiano, a Questão Urbana-Regional e a Alternativa de uma Nova Capital. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 10, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/232.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- ALMAS, Rondinaldo Silva das. **Serviços e desenvolvimento em Vitória da Conquista/BA.** Vitória da Conquista, 2009. Disponível em: <rondinaldo.blogspot.com/> Acesso em: 24 mar. 2013.
- ALMAS, Rondinaldo Silva das. LONGUINHOS, Marco Antônio Araújo. Setor de serviço e dinâmica econômica no município de Vitória da Conquista/BA. In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 2011, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2v.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.
- ANCINE. Agência Nacional de Cinema. **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/Dados_Gerais_do_Mercado_Brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas.** Campinas: Unicamp, 1996. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/25228238/608444617/name/Arretche_1996_BIB.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- BAHIA. Lei ° 1.733, de 2010. **Lei Orçamentária Anual.** Vitória da Conquista: LOA, 2010. Disponível em: <http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/vitoriaadaconquista/pt/listagem.cfm?pagina=abre_documentos&arquivo=_repositorio/_publicacoes/_documentos/_igf/411/4E5F2A2A-DEB1-0DF6-F2CA2BA084C0521803012011091335.pdf&mime_type=application/pdf>. Acesso em: 30 de mai. 2013.
- BAHIA. Lei ° 1.733, de 2010. **Lei Orçamentária Anual.** Vitória da Conquista: LOA, 2012. Disponível em: <http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/vitoriaadaconquista/pt/listagem.cfm?pagina=abre_documentos&arquivo=_repositorio/_publicacoes/_documentos/411/516/_planejamento/10144906-9CA3-D2D4-87587D51F1B99EC411012012061437.pdf&mime_type=application/pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.
- BAHIA. Lei nº 7.015, de 09 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais, e dá outras providências. Salvador, 1996. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/apoioaпроекtos/1-Lei_7015_de_09-12-1996_-_Criacao_FAZCULTURA_-_Com_Alts_de_2005_e_2010.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. República Federativa do Brasil, Casa Civil, Brasília, DF, 10 ago 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 21 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Regulamento e Incentivo**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/Regulamentacao-e-incentivo/economia-da-cultura>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: ENECULT, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Análise do setor cultural nas regiões metropolitanas brasileiras. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211651060-.pdf>>. Acessado em: 30 jul. 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES. **II Encontro**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/encontro/?p=490>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃOS SUPERIORES EM 2012**. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.PORTALTRANSPARENCIA.GOV.BR/RECEITAS/CONSULTA.ASP?EXECICIO=2012](http://www.portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta.asp?execicio=2012)>. ACESSO EM: 23 FEV. 2013.

GORGULHO, Luciane Fernandes. et al. A Economia da Cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. **Cultura BNDES**, 30, p. 299-355. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3007.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

HOLANDA, Ana de; ROLLEMBERG, Márcia. **Diversidade Cultural**. S.I.: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2012/05/21/143925/>>. Acesso em: 04 set. 12.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 169 a 214. Disponível em: <http://nupese.fe.ufg.br/uploads/208/original_ADORNO.pdf?1349568504>. Acesso em: 21 fev. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas. **Regiões de influência das Cidades**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/>. Acesso em: 27 jul. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas. **Banco de dados: cidades@**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JERONYMO, Guilherme. **O desenvolvimento da economia da cultura**. Observatório do direito à comunicação, 2007. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=561>. Acesso em: 09 set. 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **CULTURA: Um conceito Antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEITÃO, Cláudia. *Economia Criativa: desafio contemporâneo*. Brasília, DF, FUNARTE, 2011. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/encontro/?tag=claudialeitao>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

LIMA, Carmem Lúcia Castro; FRANCA, César de Oliveira; MATTA, João Paulo Rodrigues. Nota sobre economia da cultura. In: ENCONTRO DA ULEPICC-BRASIL, 2006, Niterói. **Anais Eletrônicos...** Niterói: UFF, 2006. Disponível em: <http://www.ulepigg.org.br/arquivos/es_carmencesarjoao.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. Políticas culturais na Bahia: panorama histórico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FCRB, 2009, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: FCRB: 2009. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_HanayanaBrand%C3%A3oGuimaraesFontesLima_Políticas_culturais_na_Bahia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

MIGUEZ, Paulo. Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: ENCONTRO DOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2008, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14643-01.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

PEREIRA, José Carlos. **Educação e Cultura no Pensamento de Franz Boas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n10/artigos/pdf/pv10-09-pereira.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

PORTA, Paula. **Economia da Cultura: um setor estratégico para o país**. Brasília, DF, 01 abril 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2013.

PMVC, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Vitória da Conquista: uma cidade em expansão**. Vitória da Conquista, PMVC, 2012. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/JORNAL_PIB_PDF.pdf>.

Acesso em: 130mar. 2013.

PMVC, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Eventos e Projetos**. Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Vitória da Conquista, PMVC: 2013. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/categoria/secretaria/cultura-turismo-esporte-e-lazer/>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento: Estratégias Nacionais e Panorama Global**. Gestão Cultural, 2009. Disponível em: <www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Eco-Cult.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.

REIS, A. C. F.; MARCO, K. (Orgs.) **Economia da Cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/economia_da_cultura_-_ideias_e_vivencias.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2013.

RIBEIRO, João. **A importância da economia da cultura**. [S.I.: s.n.], 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SECULTBA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Relatório de Atividades 2007/2009. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/Relatorio_SECULT-2007-2010.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. CULTURA. In: Dicionário de Conceitos Históricos. **Anais...** Salvador: Ed Contexto, 2006. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Cultura, Mercado e Políticas Públicas: Breves Considerações. **Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/4/Artigo%201.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia: Problemas, Hipóteses**. Tradução Celso M. Pacionik. São Paulo: Iliminuras: Itaú Cultura, 2007.

VALIATI, Leandro. **Economia da Cultura em uma perspectiva conceitual**. Rio Grande do Sul: [s.n.], [2010?].

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira: O que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2006.

G1 BAHIA. VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) RECEBE CARROS-PIPA PARA COMBATER A SECA. Salvador, 16 mai. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/vitoria-da-conquista-ba-recebe-carros-pipa-para-combater-seca.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

YÚDICE, George. **Economia da Cultura no Marco da Proteção e Promoção da Diversidade Cultural**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://economyadacultura.blogspot.com.br/2007/06/economia-da-cultura-no-marco-da-proteo.html>> Acessado em: 31 jul. 2012.

ANEXO

DESPESAS DO NATAL DA CIDADE 2011	
Despesa	Valor
Pisca-piscas e mangueiras - licitação	R\$ 50.500,00
Compras de 20 mil abraçadeiras	R\$ 3.000,00
Compra de lamina de compensado "Vila do Menino Jesus"	R\$ 5.566,50
Compra de materiais elétricos	R\$ 4.440,10
Aquisição de vasos de flores	R\$ 300,00
Compra de 125 chapéus	R\$ 378,00
Fornecimento de salgados	R\$ 3.605,00
Fornecimento de refrigerante	R\$ 2.246,40
Ref. aquisição de estrelas de led	R\$ 626,98
Compra de veludo presépio da Praça Tancredo Neves	R\$ 257,40
Fornecimento de água	R\$ 2.278,00
Compra de materiais e gêneros alimentícios	R\$ 2.300,00
Aquisição de instrumentos musicais	R\$ 729,00
Restauração dos animais do presépio da Pç. Tancredo Neves	R\$ 4.950,00
Compra de mat. p/ a restauração dos animais do presépio Tancredo	R\$ 2.010,00
Compra de tecido p/ conf. Das calças dos ternos de Reis	R\$ 985,60
Costura de indumentária (Sagrado Coração de Jesus)	R\$ 239,00
Costura de indumentária (Santo Reis dos Reis)	R\$ 596,00
Costura de indumentáris (Três Reis Magos Estrela Guia)	R\$ 239,00
Costura de indumentária (Ternos de Reis)	R\$ 6.880,00
Costura de indumentária (Presépio Tancredo Neves)	R\$ 1.900,00
Conf. de adereço em chapéu de reisado	R\$ 1.950,00
Ajudante de carpinteiro na construção das casas "Vila do Menino"	R\$ 1.200,00
Ajudante de carpinteiro na construção das casas "Vila do Menino"	R\$ 600,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 2.524,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Continuação	
Despesa	Valor

Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 745,00
Ajudante de eletricista (ornamentação natalina)	R\$ 1.490,00
Serviço de monitora	R\$ 650,00
Serviço de monitora	R\$ 650,00
Serviço de monitor	R\$ 650,00
Serviço de monitor	R\$ 650,00
Serviço de monitora	R\$ 650,00
Serviço de monitora	R\$ 650,00
Serviço de monitora	R\$ 570,00
Serviço de monitor	R\$ 570,00
Show Emílio Santiago (diário incluso)	R\$ 39.460,00
Show Luis Melodia	R\$ 21.000,00
Show Zizi Possi	R\$ 35.000,00
Diária de alimentação de Zizi Possi	R\$ 2.550,00
Apresentação musical de Zé Renato	R\$ 13.250,00
Diária de alimentação de Zé Renato	R\$ 1.200,00
Apresentação musical de Yamandu Costa	R\$ 20.000,00
Diária de alimentação de Yamandu Costa	R\$ 670,00
Apresentação musical de Luiz Caldas	R\$ 12.000,00
Diária de alimentação de Luiz Caldas	R\$ 450,00
Apresentação de Renato e seus Blues Caps	R\$ 16.000,00
Diária de alimentação	R\$ 585,00
Apresentação musical de Ceumar (diária inclusa)	R\$ 10.195,00
Apresentação musical de Raimundo Sodré	R\$ 6.750,00
Apresentação musical de Padre Zezinho	R\$ 30.000,00
Apresentação musical de Luiz Melodia	R\$ 21.000,00
Diária de Luiz Melodia	R\$ 1.670,00
Apresentação da Orquestra do maestro Fred Dantas	R\$ 14.000,00
Apresentação de Xangai	R\$ 21.000,00
Apresentação de Luciana Castro	R\$ 4.000,00
Apresentação da Camerata Sinfônica	R\$ 5.280,00
Apresentação musical da Camerata Sinfônica	R\$ 2.470,00
Apresentação musical	R\$ 1.191,00
Continuação	
Despesa	Valor
Apresentação musical na festa do Servidor	R\$ 1.120,00
Apresentação musical na festa do Servidor	R\$ 1.200,00

Apresentação da banda Formidável Família Musical	R\$ 1.700,00
Apresentação musical Kleber Moreno	R\$ 4.000,00
Apresentação musical Rafael Bernardo	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Geci Brito	R\$ 4.000,00
Apresentação musical do Grupo Gafieira Brasil	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Manno di Sousa	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Rita Pithon	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Papalo Monteiro	R\$ 4.000,00
Apresentação musical Alex Simpatia	R\$ 4.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais - Lima Jr.	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais - Ely Pinto	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais - Pirigulino Babilake	R\$ 3.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Continuação	
Despesa	Valor
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00

Cenografia	R\$ 26.963,00
Decoração do palco da Praça 9 de Novembro	R\$ 1.500,00
Apresentação do Grupo Tonari	R\$ 2.000,00
Apresentação do Grupo Candeeiro Encantado	R\$ 2.000,00
Conf. de bonecos	R\$ 5.900,00
Conf. de maquete alusiva aos 15 anos do Natal da Cidade	R\$ 7.500,00
Conf. de Presépio tradicional em homenagem aos povos	R\$ 5.500,00
Edição dos vídeos institucionais	R\$ 1.456,00
Gravação do DVD dos finalistas do Concurso "Por isso é q eu canto"	R\$ 1.455,00
Decoração do Recital do Conservatório	R\$ 450,00
Iluminação cênica (Simpatia)	R\$ 1.191,00
Despesa com hospedagem	R\$ 4.680,00
Despesa com hospedagem	R\$ 9.025,00
Despesa com hospedagem	R\$ 120,00
Despesa com hospedagem	R\$ 635,00
Despesa com hospedagem	R\$ 3.060,00
Despesa com alimentação	R\$ 2.876,00
Despesa com alimentação	R\$ 1.362,00
Despesa com refeição do Padre Zezinho	R\$ 413,60
Colocação de adereços em indumentárias	R\$ 540,00
Serviço de iluminação cênica "Auto de Natal"	R\$ 715,00
Produção de palco	R\$ 1.100,00
Produção de palco	R\$ 1.650,00
Produção de camarim	R\$ 1.000,00
Produção de palco	R\$ 1.000,00
Locação de ônibus p/ o transporte do maestro Fred e banda	R\$ 3.600,00
Transporte dos equipamentos de Zizi Possi	R\$ 5.577,60
Transporte de artistas	R\$ 1.200,00
Transporte de artistas	R\$ 3.320,00
Transporte de artistas	R\$ 1.183,00
Transporte de artistas	R\$ 2.090,00
Transporte de artistas	R\$ 6.205,00
Transporte de artistas	R\$ 6.580,00
Passagens aéreas	R\$ 123.000,00
Locação e instalação de som e ilum. Praça 9 de Novembro	R\$ 8.400,00

Continuação

Despesa	Valor
Som, ilum., palco (Pça. Barão do Rio Branco).	R\$ 39.000,00
Sanitários químicos	R\$ 6.240,00
Praticáveis para a polícia militar	R\$ 1.560,00
Locação de som e iluminação (Pça. 9 de Novembro).	R\$ 8.400,00
Locação de efeitos de iluminação	R\$ 10.500,00
Locação de iluminação Auto de Natal	R\$ 250,00

Locação de sonorização Auto de Natal	R\$ 1.191,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 3.000,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 1.500,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 1.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 4.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 4.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 2.000,00
Premiação do espetáculo (dança)	R\$ 4.000,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 3.800,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 2.000,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 1.000,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 700,00
Premiação do 1 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 700,00
Premiação de Mini presépios - 1º. Lugar	R\$ 1.200,00
Premiação de Mini presépios - 2º. Lugar	R\$ 800,00
Premiação de Mini presépios - 3º. Lugar	R\$ 500,00
Premiação de Mini presépios - Júri Popular	R\$ 1.000,00
Confecção de faixas	R\$ 170,00
Impressão de banner	R\$ 384,00
Impressão de banner	R\$ 192,00
Captação de imagens	R\$ 5.690,00
Captação de imagens	R\$ 6.510,00
Criação, diagramação e finalização	R\$ 1.500,00
Total	R\$ 853.561,18

DESPESAS DO NATAL DA CIDADE 2012

Despesa	Valor
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitora	R\$ 655,00
Serviço de monitor	R\$ 600,00
Apresentação de Gal Costa	R\$ 78.400,00
Apresentação de Jerry Adriane	R\$ 19.640,00
Apresentação de Ivan Lins	R\$ 66.445,78
Apresentação de Lenine	R\$ 52.268,00
Apresentação do grupo Quinteto Vilado	R\$ 16.000,00
Apresentação do Teatro Mágico	R\$ 26.408,00
Apresentação de Guinga	R\$ 15.250,00
Apresentação de Martônio Holanda	R\$ 5.500,00
Centenário de Luiz Gonzaga	R\$ 13.000,00
Apresentação de Zélia Duncan	R\$ 49.794,80
Apresentação de Cal Alves e Dani Lasalvia	R\$ 7.500,00
Apresentação de Artur Moreira Lima	R\$ 15.000,00
Apresentação de Marina Elali	R\$ 21.700,00
Apresentação de Edson Cordeiro	R\$ 15.000,00
Apresentação da banda 14 BIS	R\$ 21.056,00
George Oliveira de Almeida	R\$ 6.000,00
Paulo Roberto Monteiro Cavalcante	R\$ 6.000,00
Gutenberg Vieira	R\$ 6.000,00
Paulo Roberto Monteiro Cavalcante	R\$ 6.000,00
Lúcio Ferraz de Andrade	R\$ 6.000,00
Iara Silva dos Santos	R\$ 6.000,00
Narjara Vieira dos S. Paiva	R\$ 4.000,00
Paulo Roberto Monteiro	R\$ 4.000,00
Circuito Guitarras Brasileiras	R\$ 4.000,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.500,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.500,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.500,00
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.500,00
Continuação	
Despesa	Valor
Premiação da Seleção de projetos Musicais	R\$ 1.500,00

Diversos tipos de tecidos (Memorial do Reisado)	R\$ 812,70
Costura de indumentária (Ternos de Reis)	R\$ 2.610,00
Costura de indumentária (Ternos de Reis)	R\$ 3.310,00
Compra de tecidos diversos	R\$ 6.407,10
Despesa com hospedagem	R\$ 4.400,00
Despesa com hospedagem	R\$ 20.282,80
Despesa com hospedagem	R\$ 653,00
Despesa com hospedagem	R\$ 1.759,02
Despesa com alimentação	R\$ 2.500,00
Despesa com alimentação	R\$ 5.163,00
Despesa com salgado	R\$ 2.888,90
Despesa com lanche	R\$ 2.136,40
Despesa com biscoitos	R\$ 200,00
Despesa com alimentação	R\$ 900,00
Transporte de artistas	R\$ 3.900,00
Transporte de artistas	R\$ 6.340,00
Transporte de artistas	R\$ 870,00
Transporte de artistas	R\$ 4.160,00
Transporte aéreo	R\$ 186.000,00
Serviço de transporte de equipamentos do Teatro Mágico	R\$ 5.800,00
Serviço de transporte de equipamentos de Zélia Duncan	R\$ 6.681,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 4.000,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 2.000,00
Premiação do Concurso "Por isso é que eu canto..."	R\$ 1.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 5.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 5.000,00
Premiação do espetáculo (dança)	R\$ 3.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 3.000,00
Premiação do espetáculo (teatro)	R\$ 3.000,00
Premiação do espetáculo (dança)	R\$ 3.000,00
Premiação do 2 Festivais de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00

Continuação

Despesa	Valor
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 1º. Etapa	R\$ 400,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 4.000,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 3.200,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 1.500,00

Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 2.500,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 700,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 500,00
Premiação do 2 Festival de Cenas Curtas - 2º. Etapa	R\$ 500,00
Premiação de Mini presépios - 1º. Lugar	R\$ 1.500,00
Premiação de Mini presépios - 2º. Lugar	R\$ 750,00
Premiação de Mini presépios - 3º. Lugar	R\$ 750,00
Premiação de Mini presépios - Júri Popular	R\$ 1.200,00
Santo Reis é Brasileiro	R\$ 700,00
Divino Espírito Santo	R\$ 700,00
Os netos de Guena	R\$ 700,00
Deus Segue Nossa Guia	R\$ 700,00
Os filhos de Jesus	R\$ 700,00
São José da Paz	R\$ 700,00
Reis dos Reis	R\$ 700,00
Divino Espírito Santo	R\$ 700,00
Santo Reis	R\$ 700,00
Terno de Reis Deus seja Louvado	R\$ 700,00
Terno das Flores	R\$ 700,00
As águas, Mar e Céu	R\$ 700,00
Santa Marta	R\$ 700,00
Santo Reis Magos	R\$ 700,00
Mast São Sebastião	R\$ 700,00
Senhor do Bonfim	R\$ 700,00
Três Reis Magos	R\$ 700,00
Camisas	R\$ 4.360,00
Captação de imagens	R\$ 7.900,00
Livreto e panfletos	R\$ 5.580,00
Cobertura fotográfica	R\$ 1.580,00
Cobertura telão	R\$ 5.000,00
Confecção de material gráfico	R\$ 7.980,00
Confecção de placas, saias, lonas de palco	R\$ 4.405,00
Filmagem	R\$ 2.800,00
Confecção de banner, crachás e adesivos	R\$ 3.189,32

Continuação

Despesa	Valor
Sonorização e iluminação do Auto de Natal	R\$ 3.800,00
Locação de gerador	R\$ 4.875,00
Estrutura da Praça Barão do Rio Branco e 9 de Novembro	R\$ 123.000,00
Locação de bateria	R\$ 1.550,00
Produção de palco	R\$ 560,00
Produção de palco	R\$ 750,00
Produção de palco	R\$ 1.850,00

Afinador do piano (Artur Moreira Lima)	R\$ 1.200,00
Serviço de Produção	R\$ 2.600,00
Gravação de DVD	R\$ 1.850,00
Produção de palco	R\$ 1.650,00
Afinador do piano (Memorial)	R\$ 2.450,00
Total	R\$ 1.198.679,59

DESPESAS DO FORRÓ PÉ DE SERRA DO PERIPERI 2011

Despesa	Valor
Colocação de bandeiras	R\$ 2.600,00
Colocação de bandeiras	R\$ 3.200,00
Colocação de bandeiras	R\$ 3.200,00
Retirada de bandeiras	R\$ 1.120,00
Costura de bandeiras	R\$ 2.420,00
Costura de bandeiras	R\$ 2.418,00
Costura de bandeiras	R\$ 1.600,00
Pedreiro (casas de taipa)	R\$ 1.071,42
Confec. de duas maquetes	R\$ 7.350,00
Prestação de serviços na cenografia do Forró	R\$ 21.237,00
Cenário e bonecos	R\$ 7.940,00
Aquisição de enfeites juninos	R\$ 194,93
Aquisição de bandeiras (centro comercial)	R\$ 1.995,00
Aquisição de bandeiras	R\$ 1.250,00
Aquisição de bandeiras (Ceasa)	R\$ 3.942,50
Aquisição de folhas de maderite	R\$ 946,00
Aquisição de folhas de madeirite	R\$ 1.246,40
Aquisição de tecidos	R\$ 636,50
Aquisição de tecidos	R\$ 495,35
Aquisição de materiais diversos	R\$ 756,30
Aquisição de mourões de eucalipto	R\$ 2.900,00
Aquisição de cordas e fitilho	R\$ 1.887,31
Aquisição de ataduras	R\$ 345,40
Aquisição de materiais diversos	R\$ 366,00
Serv. de plastificação	R\$ 420,00
Aquisição de materiais diversos	R\$ 1.345,50
Aquisição de materiais diversos	R\$ 363,10
Aquisição de 100 rolos de linhas	R\$ 275,00
Aquisição de materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 2.521,60
Aquisição de materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 352,00
Aquisição de materiais (casas de taipa)	R\$ 1.888,60
Aquisição de materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 4.500,00
Aquisição de materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 260,00
Aquisição de tecidos	R\$ 3.427,37
Aquisição de materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 4.277,50
Aquisição de tecidos	R\$ 3.472,37
Materiais diversos	R\$ 1.202,62
	Continuação
Despesa	Valor

Materiais diversos (casas de taipa)	R\$ 950,00
Produção de outdoor	R\$ 320,00
Produção de lona e impressão em papel	R\$ 415,00
Veiculação de outdoor	R\$ 980,00
Veiculação de outdoor	R\$ 1.590,00
Confecção de blusas alusivas ao Forró	R\$ 1.760,00
Conf. de placas, adesivos e plotagem	R\$ 4.990,00
Captação de imagens	R\$ 5.000,00
Edição de imagens	R\$ 4.000,00
Impressão de folder Conchambranças	R\$ 200,00
Produção de faixas	R\$ 6.055,00
Impressão de folder	R\$ 2.870,00
Serv. Prestado em impressão	R\$ 520,00
Conf. de blusas alusivas ao Festival de Quadrilhas	R\$ 1.000,00
Cobertura fotográfica	R\$ 2.200,00
Serv. de locução	R\$ 3.500,00
Criação e arte final de material gráfico	R\$ 1.500,00
Divulgação em carro volante	R\$ 600,00
Divulgação em carro volante	R\$ 640,00
Fornecimento de salgados p/ o Festival de Forró	R\$ 168,00
Hospedagem de artistas nacionais	R\$ 355,00
Hospedagem de artistas nacionais	R\$ 3.888,00
Despesa com hospedagem	R\$ 6.161,00
Serv. de transporte de Juá da Bahia	R\$ 550,00
Serv. De transporte de Juá da Bahia	R\$ 1.400,00
Transporte de Chico César	R\$ 680,00
Transporte de Flávio José e Targino Gondim	R\$ 300,00
Passagens aéreas	R\$ 20.931,00
Despesa com alimentação	R\$ 1.100,00
Despesa com alimentação	R\$ 160,00
Despesa com alimentação (lanches)	R\$ 8.356,66
Despesa com alimentação (refeição)	R\$ 5.803,56
Despesa com salgados	R\$ 1.336,00
Despesa com alimentação	R\$ 3.510,75
Despesa com água	R\$ 660,00
Preparação de lanches para o camarim (Ivanete)	R\$ 1.430,00
Apresentação musical de Oswaldinho do Acordeom	R\$ 28.000,00
Apresentação João Cláudio	R\$ 13.800,00
Apresentação musical de Targino Gondim	R\$ 39.326,00
Continuação	
Despesa	Valor
Apresentação musical de Waldonys	R\$ 25.000,00

Apresentação de Chico César	R\$ 17.000,00
Apresentação de Rony Barbosa	R\$ 7.000,00
Apresentação de Tirana Seca	R\$ 5.000,00
Apresentação de Juá da Bahia	R\$ 5.000,00
Apresentação de Paulo Barros	R\$ 5.000,00
Apresentação da banda Amantes do Forró	R\$ 5.000,00
Apresentação da banda Cabruêra	R\$ 5.000,00
Apresentação de Rege de Anagé	R\$ 5.000,00
Apresentação de TonTon Flores	R\$ 10.000,00
Apresentação da banda Fulor do Cangaço	R\$ 4.000,00
Apresentação da banda Lourenço	R\$ 4.000,00
Apresentação da banda Xamêgo Proibido	R\$ 4.000,00
Apresentação musical da banda Chega Mais	R\$ 4.000,00
Apresentação musical da banda Nois e Elas	R\$ 4.000,00
Apresentação musical da banda Candango Doido	R\$ 4.000,00
Apresentação de Maildo Nogueira	R\$ 3.600,00
Apresentação musical da banda Fiá Paví	R\$ 3.000,00
Caetano Bonfim	R\$ 3.000,00
Apresentação de Forró Chico Mia	R\$ 3.000,00
Apresentação de Lino do Acordeom	R\$ 3.000,00
Apresentação de Ypisilone e banda	R\$ 3.000,00
Apresentação de Esqueminha e banda	R\$ 3.000,00
Apresentação de Andrade de Sertânea	R\$ 3.000,00
Apresentação da banda H2O	R\$ 2.000,00
Apresentação de George e banda Sivira	R\$ 2.000,00
Apresentação da banda Açucena	R\$ 2.000,00
Apresentação musical da banda Pé de Xote	R\$ 2.000,00
Apresentação de Penalva da Bahia	R\$ 2.000,00
Apresentação musical de Dominantes da Bahia	R\$ 2.000,00
Apresentação de Canta Brasil	R\$ 2.400,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Continuação	
Despesa	Valor
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00

Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 1.200,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Apresentação musical	R\$ 600,00
Prêmio Luis Gonzaga	R\$ 6.000,00
Prêmio Luis Gonzaga	R\$ 6.000,00
Produção de Chico Cesar	R\$ 750,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de apoio	R\$ 954,00
Serviço de produção	R\$ 1.200,00
Serviço de apoio (pagar Jacson)	R\$ 536,00
Serviço de produção	R\$ 1.600,00
Serviço de apoio	R\$ 240,00
Locação de gradil (Pagar a Cobertura e Cia)	R\$ 1.800,00
Concerto e solda (pagar a Cobertura e Cia)	R\$ 1.800,00
Produção das quadrilha junina	R\$ 1.500,00

Continuação

Despesa	Valor
Premiação de 1°. Colocado Festival de Forró	R\$ 5.000,00
Premiação de 2°. Colocado Festival de Forró	R\$ 3.000,00
Premiação de 3°. Colocado Festival do Forró	R\$ 2.000,00
Premiação de 4°. Colocado Festival de Forró	R\$ 800,00
Premiação de 5°. Colocado Festival de Forró	R\$ 800,00

Premiação de 6°. Colocado Festival do Forró	R\$ 700,00
Premiação de 7°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
Premiação de 8°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
Premiação de 9°. Colocado Festival do Forró	R\$ 700,00
Premiação de 10°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
1°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 1.200,00
2°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 700,00
3°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 400,00
1°. Lugar Quadrilha junina	R\$ 2.000,00
2°. Lugar Quadrilha junina	R\$ 1.200,00
3°. Lugar Quadrilha junina	R\$ 700,00
Melhor marcador	R\$ 400,00
Serviço de sonorização (São Sebastião)	R\$ 1.500,00
Serviço de sonorização (Cercadinho)	R\$ 1.500,00
Apresentação musical (Dantilândia)	R\$ 1.000,00
Apresentação musical (Pradoso)	R\$ 1.500,00
Serviço de sonorização (Iguá)	R\$ 1.500,00
Serviço de sonorização (Veredinha)	R\$ 1.000,00
Serviço de sonorização (Pov. de Três Lagoas)	R\$ 500,00
Apresentação musical (Inhobim)	R\$ 1.500,00
Serviço de sonorização (Povoado de Abelhas)	R\$ 1.000,00
Apresentação musical (Pov. de Furadinho)	R\$ 500,00
Serviço de sonorização (Assentamentos)	R\$ 1.500,00
Apresentação musical (Pov. de Caiçara)	R\$ 500,00
Serviço de sonorização (Povoado de Tapirema)	R\$ 1.000,00
Apresentação musical (Pov. do Periperi)	R\$ 500,00
Apresentação musical (Pov. de Lagoa das Flores)	R\$ 1.000,00
Serviço de sonorização (Pov. Campo Formoso)	R\$ 1.200,00
Serviço de sonorização (Pov. Cabeceira da Jiboia)	R\$ 1.500,00
Apresentação musical (Cachoeira dos Porcos)	R\$ 800,00
Serviço de sonorização (Bate-Pé)	R\$ 2.000,00
Apresentação musical (Pov. Espírito/Lagedinho)	R\$ 400,00
Apresentação musical (Povoado de Itaipu)	R\$ 800,00
Serviço de sonorização (Região do Algodão)	R\$ 500,00

Continuação

Despesa	Valor
Apresentação musical (Pov. de São José)	R\$ 500,00
Apresentação musica (Pov. Vereda do Progresso)	R\$ 500,00
Serviço de sonorização (José Gonçalves)	R\$ 1.500,00
Apresentação musica (Pov. da Choça)	R\$ 500,00
Serviço de sonorização	R\$ 2.442,00
Serviço de sonorização	R\$ 2.442,00
Serviço de sonorização	R\$ 2.442,00

Serviço de sonorização	R\$ 2.442,00
Serviço de sonorização	R\$ 2.442,00
Apresentação musical	R\$ 2.000,00
Serviço de sonorização	R\$ 2.000,00
Serviço de sonorização	R\$ 1.667,00
Som, Palco e iluminação	R\$ 39.960,00
Sonorização do Palco da 9 de Novembro	R\$ 28.000,00
Sanitários químicos e praticáveis	R\$ 6.400,00
Locação de toldos	R\$ 5.500,00
Locação de ilum. Cênica	R\$ 5.500,00
Serviço de sonorização (feirinha do b. Brasil)	R\$ 7.000,00
Total	R\$ 705.646,74

DESPESAS DO FORRÓ PÉ DE SERRA DO PERIPERI 2012

Despesa	Valor
Colocação de bandeiras	R\$ 1.700,00
Colocação de bandeiras	R\$ 1.700,00
Colocação de bandeiras	R\$ 4.220,00
Colocação de bandeiras	R\$ 3.055,00
Costura de bandeiras	R\$ 2.800,00
Costura de bandeiras	R\$ 3.170,00
Costura de bandeiras	R\$ 2.400,00
Confec. de maquete artística	R\$ 5.000,00
Prestação de serviços na cenografia do Forró	R\$ 25.000,00
Aquisição de cordas e fitilho	R\$ 648,00
Aquisição de materiais diversos (Memorial do Forró)	R\$ 922,60
Aquisição de materiais diversos (Memorial do Forró)	R\$ 652,00
Aquisição de tecidos (Memorial do Forró)	R\$ 2.141,67
Aquisição de abraçadeiras	R\$ 214,00
Impressão em lona	R\$ 1.700,30
Impressão em lona	R\$ 1.645,00
Impressão em lona	R\$ 2.560,00
Despesa com alimentação	R\$ 1.340,00
Despesa com salgado	R\$ 1.029,00
Despesa com lanche	R\$ 2.763,60
Despesa com lanches p/ os funcionários	R\$ 199,80
Preparação de lanches para o camarim	R\$ 1.013,00
Hospedagem de técnicos de som	R\$ 226,00
Hospedagem de artistas nacionais	R\$ 1.840,00
Hospedagem Chico Pedrosa	R\$ 434,00
Transporte de artistas	R\$ 790,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 450,00
Serviço de monitoria	R\$ 715,00
Serviço de produção	R\$ 1.500,00
Produção das quadrilhas juninas	R\$ 1.700,00
Apresentação musical de Targino Gondim	R\$ 50.000,00
Apresentação musical de Waldonys	R\$ 40.000,00
Apresentação de Rony Barbosa	R\$ 5.000,00
Apresentação de Paulo Barros	R\$ 5.000,00
Continuação	
Despesa	Valor

Apresentação da banda Amantes do Forró	R\$ 5.000,00
Apresentação da banda Fulor do Cangaço	R\$ 4.000,00
Apresentação de Rege de Anagé	R\$ 4.000,00
Apresentação da banda Chico Mia	R\$ 4.000,00
Apresentação musical da banda Nois e Elas	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Chico Pedrosa	R\$ 4.000,00
Apresentação musical de Andrade de Sertânea	R\$ 4.000,00
Apresentação musical da banda Fiá Paví	R\$ 3.000,00
Apresentação musical da banda Chega Mais	R\$ 3.000,00
Apresentação musical de George	R\$ 3.000,00
Apresentação da banda Xamêgo Proibido	R\$ 3.000,00
Apresentação de Ronaldo Goes	R\$ 3.000,00
Apresentação de Camponês	R\$ 2.000,00
Apresentação de Joãozinho da Gairaba	R\$ 2.000,00
Apresentação do grupo Xote Bagunçado	R\$ 2.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 2.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 1.000,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 1.400,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 1.400,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00
Apresentação musical	R\$ 700,00

Continuação

Despesa	Valor
Apresentação musical	R\$ 1.400,00
Apresentação musical	R\$ 700,00

Apresentação musical	R\$ 700,00
Prêmio Luis Gonzaga	R\$ 6.000,00
Prêmio Luis Gonzaga	R\$ 6.000,00
Premiação de 1°. Colocado Festival de Forró	R\$ 6.000,00
Premiação de 2°. Colocado Festival de Forró	R\$ 3.000,00
Premiação de 3°. Colocado Festival do Forró	R\$ 2.000,00
Premiação de 4°. Colocado Festival de Forró	R\$ 800,00
Premiação de 5°. Colocado Festival de Forró	R\$ 800,00
Premiação de 6°. Colocado Festival do Forró	R\$ 700,00
Premiação de 7°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
Premiação de 8°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
Premiação de 9°. Colocado Festival do Forró	R\$ 700,00
Premiação de 10°. Colocado Festival de Forró	R\$ 700,00
1°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 1.500,00
2°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 800,00
3°. Lugar Premiação de Ruas Ornamentadas	R\$ 500,00
1°. Lugar	R\$ 3.000,00
2°. Lugar	R\$ 2.000,00
3°. Lugar	R\$ 1.000,00
Melhor marcador	R\$ 500,00
Apresentação teatral	R\$ 2.100,00
Som, Palco, toldos, sanitários químicos e elevados	R\$ 57.920,60
Locação de som e ilum. Cênica	R\$ 4.000,00
Locação de ilum. Cênica	R\$ 10.767,78
Total	R\$ 361.467,35